

**Alferes, V. R. (2000). Atracção interpessoal, sexualidade e relações íntimas. In J. Vala & M. B. Monteiro (Eds.), *Psicologia social* (4ª ed. revista e aumentada, pp. 125-158). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian [7ª ed.: 2006].**

## Atracção interpessoal, sexualidade e relações íntimas

Valentim Rodrigues Alferes

A elucidação dos modos de influência e de interdependência social passa pela investigação de um tipo particular de relações interpessoais dotadas de significação especial e valor diferencial no contexto global das interacções humanas. Tais relações, que podemos definir genericamente como *relações de amizade e de amor*, fundam-se na capacidade de discriminar e avaliar, positiva ou negativamente, as situações de interacção e traduzem o carácter selectivo dos comportamentos sociais. É, precisamente, esta dimensão avaliativa que especifica o domínio da atracção no contexto mais geral do estudo das relações interpessoais: *os fenómenos de atracção dizem respeito aos componentes afectivos das relações sociais, em particular às atitudes, emoções e sentimentos positivos que experimentamos na relação com os outros.*

O estudo da atracção interpessoal, iniciado no final dos anos 50, constitui um domínio clássico da psicologia social. Contudo, desde a década de 70, assistimos a algumas mudanças paradigmáticas que se traduziram: *a)* na maior importância atribuída ao estudo das interacções no quadro de *relações continuadas*; *b)* na necessidade de distinguir as diversas *formas de atracção*, especificando as respectivas *condições antecedentes* e

evidenciando a diversidade dos *processos psicológicos* envolvidos; *c)* no deslocamento da investigação dos factores de atracção, tomados isoladamente, para as *estratégias de auto-apresentação* (valorização do papel do indivíduo como actor social) e para a *natureza das situações geradoras de atracção* (valorização do papel dos contextos interpessoais e das normas sociais que estruturam as interacções humanas).

O *primeiro objectivo* do presente capítulo consiste, precisamente, em apresentar a literatura relevante, pondo em evidência as mudanças paradigmáticas acima referidas. Assim, na Secção 1, depois de uma análise dos problemas conceptuais e dos modelos teóricos, debruçar-nos-emos sobre os factores pessoais e relacionais que estão na base da atracção interpessoal e na génese das relações de amizade e de amor. Um tipo particular de atracção – *o amor apaixonado* – será objecto de discussão pormenorizada (*ponto 1.3*), dado que a especificidade das respectivas condições antecedentes se reveste de importância primordial para o estudo das dimensões emocionais das interacções humanas. Os aspectos estruturais e dinâmicos das *relações íntimas*, bem como os diferentes modelos de amor/amizade, que constituem a

sequência lógica da atracção nos estados iniciais das relações interpessoais, serão analisados na secção 3.

O *segundo objectivo* deste capítulo consiste na articulação do estudo da atracção interpessoal com o estudo psicossocial da sexualidade. Na Secção 2, insistiremos, de modo especial, nos processos de *construção social da sexualidade humana*, sublinhando o papel desempenhado pelos *scripts* culturais, interpessoais e intrapsíquicos na organização dos comportamentos sexuais. A sexualidade é perspectivada, simultaneamente, como uma das principais situações motivantes das interacções humanas e como um dos principais vectores na estruturação das relações íntimas.

## 1. Atracção interpessoal

Imagine que numa das primeiras aulas de psicologia social o seu professor lhe solicita que responda às seguintes questões: quem escolheria, entre os seus colegas, para trabalhar consigo num pequeno projecto de investigação? Com quem não gostaria de realizar esse trabalho? Quem pensa que o escolheria para organizarem conjuntamente uma viagem de fim de curso? Quem pensa que não desejaria viver consigo no mesmo apartamento de uma residência universitária?

Com eventuais alterações de ordem formal, e desde que fossem especificados determinados critérios para a obtenção das suas respostas (v.g., determinação do número de escolhas e rejeições a efectuar, privacidade das respostas, etc.), as questões enunciadas constituem o núcleo da *sociometria* – técnica de avaliação das escolhas e percepções sociais – introduzida por Moreno (1934) numa obra que marcou o início do estudo sistemático da atracção interpessoal. Moreno tinha como objectivo principal recons-

truir os aspectos estruturais e dinâmicos das relações afectivas no seio de um grupo.

A influência da sociometria no estudo da atracção interpessoal conjugou-se com a das teorias da *consistência cognitiva* emergentes nos anos 50. Em 1961, Newcomb publica um estudo de campo sobre a influência da semelhança de atitudes no desenvolvimento das *amizades* em grupos de estudantes universitários que partilharam a mesma residência durante dois anos. As preocupações teóricas subjacentes à investigação de Newcomb ligavam-se directamente à validação do modelo *heideriano* do equilíbrio (cf. *ponto 1.1*).

Embora os trabalhos pioneiros de Moreno e Newcomb se situem no domínio dos processos grupais, o estudo da atracção interpessoal, a avaliar pela maior parte das investigações que lhe dão corpo, centra-se, sobretudo, nas *relações duais* (Berscheid, 1985; Berscheid e Reis, 1998; Huston, 1974). Mais especificamente, a problemática da atracção interpessoal identifica-se com a elucidação da génese, desenvolvimento e ruptura das relações preferenciais que estabelecemos no interior da(s) rede(s) sociais em que nos movemos.

### 1.1. *Dos problemas conceptuais aos modelos teóricos*

#### Conceptualizações da atracção interpessoal

Quem atrai ou se sente atraído por quem? Fazendo, parecendo ou dizendo o quê? Em que circunstâncias nasce o amor? E a amizade? Em que é que se distinguem? Como evoluem? A resposta a estas e a outras questões não interessa exclusivamente à psicologia social ou às ciências sociais em geral. Da literatura à religião, da filosofia às *ideologias práticas* da vida quotidiana, é possível recensear uma multiplicidade de respostas, mais ou menos originais, mais ou

menos elaboradas, mais ou menos contraditórias.

O que distingue as respostas da psicologia social é, fundamentalmente, a metodologia utilizada para as obter (cf. Capítulo IV). Contudo, apesar do relativo consenso no que diz respeito aos aspectos metodológicos, as respostas à questão do *porquê* da existência de relações sociais preferenciais nem sempre coincidem. Para além das divergências de base, situadas ao nível dos grandes sistemas explicativos do comportamento, o próprio estatuto teórico do conceito de atracção permanece uma questão em aberto. Começamos pela análise das seguintes afirmações:

– a atracção do indivíduo A pelo indivíduo B é uma disposição relativamente estável de A para responder e avaliar positivamente B;

– a atracção de A por B consiste no conjunto de emoções e sentimentos positivos que A experimenta na interacção com B;

– a atracção de A por B traduz-se nas acções de A que objectivamente o aproximam de e/ou favorecem B.

Na primeira afirmação, a atracção é conceptualizada como uma *atitude*. Na segunda, como um *estado emocional* ou afectivo. Na última, como um *comportamento* directamente observável.

Na sua aparente simplicidade, a terceira afirmação levanta mais problemas do que resolve. Com efeito, avaliar a atracção exclusivamente pelas suas manifestações comportamentais é claramente insuficiente. Em primeiro lugar, tais manifestações dependem das normas sociais que definem o tipo de relação entre A e B e especificam as formas socialmente apropriadas e o nível de intensidade que pode revestir a expressão dos afectos (Huston, 1974). Em segundo lugar, para além de determinadas variáveis de personalidade susceptíveis de suprimir (v.g., baixa auto-estima) ou amplificar (v.g., ele-

vado grau de automonitorização) as manifestações comportamentais de atracção, há que ter em consideração que a probabilidade de ocorrência de um dado comportamento é função do próprio contexto social: por muito atraente que A possa ser, não farei nada para me aproximar dele se os índices situacionais de que disponho me levam a concluir que serei rejeitado; inversamente, apesar de B não ser particularmente interessante, aproximar-me-ei dele, pois não disponho, de momento, de outras alternativas.

Em contraste com a conceptualização estritamente comportamental, a generalidade dos investigadores optou por assimilar o conceito de atracção ao de *atitude*. Para além das razões de natureza histórica (o estudo das atitudes dominou a psicologia social até aos finais da década de 50 – Moscovici, 1982), o conceito de atitude, que basicamente implica a localização de um «objecto do pensamento» numa «dimensão avaliativa» (McGuire, 1985), constituía um molde ideal para a conceptualização da atracção interpessoal. Bastava especificar que o «objecto do pensamento» era um outro indivíduo. É assim que a atracção interpessoal é definida como uma «orientação avaliativa» de A relativamente a B (Newcomb, 1961). Os três componentes (cognitivo, afectivo e comportamental), tradicionalmente incluídos sob a noção de atitude (cf. Capítulo VIII), passaram a constituir as três dimensões da atracção.

De acordo com Berscheid (1985), as vantagens desta assimilação (nomeadamente a possibilidade de «capitalizar» os resultados das investigações sobre as atitudes que utilizaram a atracção interpessoal como variável dependente) tiveram como contrapartida a transferência das dificuldades teóricas e metodológicas inerentes ao estudo das atitudes para o domínio da atracção. Assim, a correspondência entre os componentes cognitivo (*crenças* sobre o objecto de atracção), avaliativo (sentimentos e emoções

positivas por ele provocados) e comportamental (acções de aproximação) foi mais postulada que demonstrada. A medição da atracção limitou-se às técnicas habitualmente utilizadas no domínio das atitudes, descurando a possível heterogeneidade de sentimentos que parece caracterizar alguns fenómenos típicos de atracção (v.g., *amor passional*). Por último, e ainda segundo Berscheid (1985), a importância atribuída ao componente avaliativo das atitudes, contrariamente ao que seria de esperar, não levou a investigar directamente a dinâmica emocional da atracção interpessoal.

Com efeito, foi necessário esperar pela revalorização dos estudos sobre as emoções, nos anos 60 (nomeadamente os trabalhos de Schachter, 1964), para que a dimensão especificamente afectiva/emocional da atracção interpessoal fosse tomada em devida consideração. A conceptualização da atracção como emoção e sentimento, para além de constituir uma via de estudo complementar, permitiu uma diferenciação mais adequada das diversas formas de atracção e contribuiu para deslocar a investigação dos fenómenos de atracção do domínio das *relações entre desconhecidos num contexto laboratorial* para o domínio das *relações continuadas* (cf. Secção 3).

Ainda que não exista uma correspondência termo a termo entre as conceptualizações da atracção e as principais teorias explicativas, podemos afirmar que estas se podem classificar em função dos componentes atitudinais que privilegiam e da maior ou menor importância que atribuem aos aspectos afectivos. Assim, podemos considerar que existem duas grandes categorias ou grupos de teorias da atracção interpessoal. O primeiro grupo é o das *teorias*

*da organização cognitiva*. A tónica é colocada nas relações entre cognições e sentimentos e a atracção é explicada pela necessidade de consistência interna entre estes elementos. O segundo é o das *teorias da troca social e do reforço*. A tónica é colocada na relação entre os componentes avaliativo e comportamental e a atracção é explicada pela inevitável interdependência comportamental e afectiva que caracteriza as relações interpessoais.

### As teorias da organização cognitiva <sup>1</sup>

A *teoria do equilíbrio* de Heider (1958) constituiu o paradigma das explicações cognitivas da atracção interpessoal. A construção e manutenção de um sistema coerente de representações do mundo e das relações sociais constitui o principal motivo do comportamento humano. A dinâmica da atracção interpessoal é função das necessidades de organização cognitiva. De acordo com Heider, um sistema de cognições comporta três elementos principais: as cognições relativas ao próprio *sujeito* (*P*), as relativas a um *outro indivíduo* (*O*), que entre em interacção com o sujeito, e as que se referem a qualquer *objecto, acontecimento ou indivíduo exterior* (*X*). Dentro deste sistema distinguem-se dois tipos de relações: as *relações de unidade* (cognições respeitantes ao facto de dois elementos serem percebidos como fazendo ou não parte da mesma unidade funcional: *P está casado com O*) e as *relações de sentimento* (cognições relativas à dimensão avaliativa ou emocional duma relação, expressas em termos de gostar/não gostar, agradável/desagradável: *P ama O*).

Considerando apenas a ligação entre dois elementos do sistema, diz-se que este está num

<sup>1</sup> O leitor deverá consultar os diversos capítulos do presente manual em que se dão explicações aprofundadas das várias teorias aqui mencionadas. A exposição que aqui se faz é selectiva e centra-se exclusivamente nos aspectos pertinentes para a compreensão da atracção interpessoal.

estado de *equilíbrio* sempre que as relações de unidade e de sentimento têm o mesmo sinal; caso contrário (v.g., se *P* estiver casado com *O* e, simultaneamente, o detestar) estamos perante uma relação *desequilibrada*. Se introduzirmos o terceiro termo (i.e., no caso em que existem relações de unidade entre *P*, *O* e *X*), diz-se que o sistema *P-O-X* está *equilibrado* sempre que não se verifique qualquer incompatibilidade entre as três relações de sentimento (v.g., *P* gosta de *O* e ambos são militantes do partido *X*, ou ambos detestam ir ao café do bairro). Em termos formais, as *incompatibilidades* que especificam os estados de *desequilíbrio* resultam da coexistência de duas relações de sentimento positivas com uma negativa (v.g., *P* ama *O* e é correspondido; contudo, *O* gosta de *X*, que é, por sua vez, detestado por *P*) ou de três negativas (*P*, *O* e *X* detestam-se reciprocamente)<sup>2</sup>.

Heider afirma que os estados de *desequilíbrio* são psicologicamente desagradáveis e que existe uma tendência generalizada para o restabelecimento do *equilíbrio*. As implicações para a compreensão da atracção interpessoal são evidentes: *a*) a simples existência de uma relação de unidade implica uma relação de sentimento positiva; *b*) inversamente, a existência de uma relação de sentimento negativa poderá conduzir à ruptura da relação de unidade; *c*) de um modo mais geral, a dinâmica da atracção consiste nas modificações correlativas dos componentes cognitivo (relações de unidade) e emocional (relações de sentimento) das atitudes do sujeito em relação aos outros elementos do sistema triangular. A teoria de Heider pode, por exemplo, prever que a semelhança de atitudes (relativas a um objecto *X*) contribui para a atracção recíproca entre *P* e *O* (cf. ponto 1.2), ou que a sim-

ples antecipação de uma relação de competição pode induzir sentimentos hostis, em contraste com a antecipação de uma relação de cooperação, que geraria sentimentos de atracção (Klein e Kunda, 1993; Lerner, Dillehay e Sherer, 1967).

À semelhança de Heider, também Newcomb (1961, 1968) e Festinger (1957) desenvolveram teorias da *consistência cognitiva* com implicações directas no estudo da atracção interpessoal. No caso de Newcomb, trata-se dum prolongamento da teoria de Heider que permite integrar os processos de *equilibração* ao nível dos próprios grupos. Além disso, Newcomb procedeu a uma diferenciação entre os estados ditos de *desequilíbrio*, atribuindo um valor diferencial à relação de unidade entre *P* e *O*: só se verifica uma tendência para o *equilíbrio* nos casos em que a relação de sentimento correspondente é positiva. Nos casos em que não gosto do outro é-me indiferente a concordância dos nossos sentimentos relativamente a um terceiro objecto ou pessoa.

As implicações para o estudo da atracção decorrentes da *teoria da dissonância cognitiva* de Festinger (1957) são, em termos genéricos, idênticas às do modelo do *equilíbrio*. Contudo, a sua *teoria da comparação social* (Festinger, 1954) reveste-se de particular importância, nomeadamente quando se trata de responder à própria questão da existência da atracção. De acordo com a referida teoria, todos os seres humanos têm uma necessidade básica de auto-conhecimento e auto-avaliação das suas aptidões, opiniões e atitudes. Na ausência de um termo de comparação *objectivo*, a única solução é a comparação com outros indivíduos. E, entre os possíveis termos de comparação social, são aqueles indivíduos que na dimensão consi-

<sup>2</sup> Uma regra simples para a determinação do estado de um sistema cognitivo consiste em multiplicar os três sinais das relações de sentimento. Se o produto for positivo, o sistema diz-se em *equilíbrio*; se for negativo, diz-se *desequilibrado* (cf. Caixa Bases da Teoria do Equilíbrio, Capítulo VIII).

derada se encontram mais próximos do sujeito que possibilitam uma avaliação mais válida. No caso concreto das atitudes, a única estratégia possível é a validação consensual (Sedikides, 1993). Não é, pois, de estranhar que procuremos aqueles cujas atitudes e opiniões são semelhantes às nossas e que na própria interacção se gerem as condições conducentes à atracção (cf. *ponto 1.2*).

Ainda que claramente cognitivista, a teoria da comparação social estabelece a ligação com o outro grande grupo de teorias explicativas da atracção interpessoal: as *teorias da troca social e do reforço*. Com efeito, a ideia central destas teorias reside na interdependência comportamental e afectiva. Festinger, por sua vez, acentuou a importância da interdependência cognitiva na génese dos fenómenos de atracção.

#### As teorias do reforço e da troca social

Para este segundo grupo de teorias, o primado da (inter)dependência tem como corolário a regra da reciprocidade: «gosto de quem gosta de mim». A explicação paradigmática da atracção no contexto das teorias comportamentalistas é exemplificada pelos modelos de Lott e Lott (1968, 1974) e Byrne (1971, 1992; Clore e Byrne, 1974). Lott e Lott generalizam os princípios *hullianos* ao domínio das atitudes e concebem a atracção como uma *resposta antecipatória do objectivo* (ou *meta*) adquirida pelo mecanismo do reforço secundário: qualquer pessoa associada com uma situação reforçante torna-se alvo de atracção, independentemente de ter ou não contribuído directamente para a produção da situação em causa. Não é, pois, necessário que um indivíduo gratifique directa (v.g., elogiando) ou indirectamente (v.g., sendo instrumental na obtenção do reforço) o outro. Basta-lhe a simples presença para que possa vir a funcionar como um reforço secundário ao qual passam a

estar associados as atitudes e os sentimentos positivos (atracção) desencadeados pela satisfação da necessidade primária que especifica a situação reforçante.

O modelo de Byrne (1971, 1992; Clore e Byrne, 1974) é basicamente idêntico, ainda que recorra ao mecanismo do condicionamento clássico. A atracção é definida como uma *resposta afectiva implícita* a um estímulo, inicialmente neutro, progressivamente associado a um estímulo incondicional positivo. A resposta afectiva mediatiza a avaliação positiva do outro, enquanto manifestação comportamental da atracção. Contudo, um dado indivíduo pode ver-se associado com diversas situações positivas e negativas. Neste caso, Byrne e Nelson (1965) defendem que a resposta afectiva implícita (atracção) de *X* relativamente a *Y* será o resultado ponderado do número e magnitude de reforços positivos e punições experimentados por *X* nas situações a que *Y* está associado.

Esta «lei da atracção» foi questionada por uma célebre investigação de Aronson e Linder (1965). Contrariamente às previsões decorrentes dos *modelos comportamentalistas*, não é o número absoluto de reforços e punições que determina a atracção, mas as «flutuações» ou o padrão específico de apreciações positivas e negativas de que um indivíduo é alvo (cf. *Caixa*). O *modelo dos ganhos e perdas* (Mettee e Aronson, 1974) constitui, na expressão dos seus próprios autores, uma «miniteoria» que acentua a importância dos processos perceptivos e cognitivos na avaliação das situações reforçantes.

A conjugação da «lógica» *comportamentalista*, nomeadamente a importância atribuída às *contingências de resposta* (a execução de um comportamento é função do respectivo resultado), com o recurso a metáforas de natureza económica constitui o ponto de partida das *teorias da troca social* (Blau, 1964; Homans, 1961; Thibaut e Kelley, 1959). O seu pressuposto fun-

damental – *princípio da maximização/minimização* – afirma que, no âmbito das interacções em que se envolvem, todos os indivíduos têm como objectivo maximizar os «ganhos» e minimizar as «perdas». Aplicado à atracção interpessoal, este princípio traduz-se na proposição segundo a qual os indivíduos se sentem atraídos pelas relações em que os «benefícios» ultrapassam os «custos» e tendem a afastar-se das relações em que o «saldo» é negativo.

Contudo, não seriam os valores individuais dos «ganhos» e das «perdas» que determinariam

directamente a atracção. De acordo com o princípio da *justiça distributiva* (Homans, 1961) ou da *equidade* (Adams, 1965; Walster, Walster e Berscheid, 1978), apenas as relações em que existe proporcionalidade entre «investimentos» (que podem ser conceptualizados como o somatório das «punições» e das recompensas desperdiçadas) e «lucros» (recompensas obtidas mais punições evitadas) para cada um dos intervenientes seriam geradoras de atracção. Note-se, ainda, que a própria natureza das relações tem incidência no modo como os intervenientes

### ATRACÇÃO INTERPESSOAL E HETERO-AVALIAÇÕES

Para testarem a hipótese segundo a qual as «flutuações» ou modificações dos padrões de reforço têm mais impacto na atracção do que o reforço e a punição sistemáticos, Aronson e Linder (1965) criaram uma situação experimental relativamente complexa, na qual cada sujeito era convidado a conversar com um comparsa do experimentador sobre diversos tópicos, durante alguns minutos. Estas breves interacções repetiam-se durante sete sessões experimentais.

No final de cada sessão, o comparsa relatava ao experimentador as impressões que o sujeito lhe causou. Este diálogo, supostamente confidencial, podia ser ouvido pelos sujeitos, que se encontravam na sala adjacente. As impressões comunicadas ao experimentador obedeciam a quatro padrões de avaliação previamente definidos. Na condição *negativa-positiva* (condição «ganho») as impressões expressas pelo comparsa eram negativas durante as três primeiras sessões (os sujeitos eram descritos como indivíduos vulgares, não muito inteligentes, etc.). A partir da quarta sessão, o comparsa começava, progressivamente, a mudar de opinião, acabando por apresentar uma descrição inteiramente favorável no decorrer da última sessão. Na condição *positiva-positiva* (reforço sistemático), as descrições eram sistematicamente favoráveis durante as sete sessões. Os padrões de avaliação nas condições *positiva-negativa* (condição «perda») e *negativa-negativa* (condição punição sistemática) eram rigorosamente simétricos aos das condições precedentes.

A medida da variável dependente consistia em pedir aos sujeitos que indicassem, numa escala de tipo Likert, o grau de atracção (entre -10 e +10) sentido em relação ao comparsa. Os resultados são os que se indicam abaixo:

<i>Descrições do comparsa</i>	<i>Atracção (médias)</i>
Positiva-negativa	0,87
Negativa-negativa	2,52
Positiva-positiva	6,42
Negativa-positiva	7,67

Como se pode verificar, a atracção pelo comparsa é maior na condição «ganho» do que na condição «reforço sistemático»: de igual modo, a condição «perda» desperta mais hostilidade do que a condição «punição sistemática».

As implicações destes resultados para a vida quotidiana são eloquentes: para além das amizades e inimizades estáveis, são os elogios menos esperados, ou as críticas não antecipadas, que mais influenciam a atracção que sentimos pelos outros.



reagem à iniquidade: nas relações em que existe uma «orientação comunal» (Fiske, 1992), as reacções afectivas negativas aos ganhos diferenciais são menos intensas do que nas relações mais orientadas para os «valores do mercado» (Buunk, Doosje, Jans e Hopstaken, 1993).

Por sua vez, a *teoria da interdependência social* de Thibaut e Kelley (1959; Kelley e Thibaut, 1978) afirma que a determinação das «perdas» e dos «ganhos» e, conseqüentemente, o grau de atracção de uma relação depende dos próprios padrões de avaliação utilizados pelos indivíduos. Mais exactamente, um indivíduo avalia os resultados de uma relação comparando-os com aquilo que pensa serem os «ganhos» e «perdas» que, em média, caracterizam uma relação semelhante (*nível de comparação*). Apenas nas situações em que a percepção dos resultados se situa acima do nível de comparação, a relação em causa é considerada como satisfatória. Contudo, a manutenção de uma relação menos atraente depende, igualmente, do número de alternativas disponíveis num dado momento. É preciso que o *nível de comparação para as alternativas* (definido como o nível mais baixo de «satisfações» que um indivíduo está disposto a aceitar em comparação com as «satisfações» que julga possível obter numa relação alternativa) seja atingido para que o indivíduo ponha termo à relação.

A principal dificuldade das teorias do reforço e da troca social reside na especificação da natureza dos reforços sociais. O que é que é reforçante para um dado indivíduo, numa dada situação? Sem respondermos a esta questão corremos o risco de cair em explicações circulares: define-se a atracção de *A* por *B* em função dos reforços/gratificações proporcionados por *B* e, reciprocamente, a atracção de *A* é o critério para afirmar o carácter reforçante do comportamento de *B*. Uma das possíveis soluções consiste em postular um *motivo/necessidade de aprovação*

ou *consideração social* em função do qual se especificaria a natureza dos reforços (Jones, 1974). Outra solução consistiria em identificar as possíveis classes de *recursos* susceptíveis de serem transaccionados nas relações sociais (Foa e Foa, 1980).

Tal como noutros domínios da psicologia, a oposição entre os dois grandes grupos de teorias tende, cada vez mais, a atenuar-se. Como nota Berscheid (1985), na sequência de Newcoomb (1968), a consistência cognitiva pode ser conceptualizada como uma classe particular de situações reforçantes. Em contrapartida, os mecanismos subjacentes ao funcionamento do reforço e ao estabelecimento de interdependências comportamentais dependem, inevitavelmente, do processamento cognitivo da informação social.

## 1.2. *A dinâmica da atracção: determinantes da atracção e génese das relações interpessoais*

A atracção entre duas pessoas depende, antes de mais, da respectiva *proximidade física* e dos mecanismos mais gerais que tal proximidade põe em jogo, a começar pela simples *familiaridade*. Desde o trabalho pioneiro de Zajonc (1968) que tem vindo a demonstrar-se os *efeitos da mera exposição* na atracção interpessoal, sendo que tais efeitos se verificam mesmo quando os indivíduos não têm plena «consciência» dos estímulos geradores de atracção (Bornstein, Leone e Gallet, 1987). De igual modo, entre as condições conducentes à atracção, há que considerar o *motivo de afiliação*, concebido como a necessidade de estarmos próximo dos outros e de obtermos satisfação e suporte emocional (Murray, 1938; Schachter, 1959; Winter, 1996).

Na revisão que fazem da literatura sobre a atracção interpessoal, Marlowe e Gergen (1969)

criticam a ausência de distinções precisas entre os diversos tipos de atracção. Com efeito, tanto pelas condições antecedentes como pelas características estruturais e processos psicológicos envolvidos, não é legítimo tratar indiferenciadamente relações tão díspares como aquelas que se estabelecem entre pais e filhos, entre amantes apaixonados ou entre simples colegas de trabalho. Contudo, é possível identificar um determinado número de factores que, em maior ou menor grau, são responsáveis pelas «preferências relacionais» que especificam a generalidade dos fenómenos de atracção. Entre esses factores, para além da familiaridade e do motivo de afiliação, contam-se a *beleza física, as semelhanças interpessoais* e as *avaliações (apreciações) positivas*.

### A beleza física

A beleza física constitui um dos factores ou atributos pessoais cuja influência na génese das relações interpessoais tem sido sistematicamente investigada durante as duas últimas décadas. De acordo com a generalidade dos estudos (Berscheid, 1985, 1986; Berscheid e Reis, 1998; Berscheid e Walster, 1974a), os efeitos positivos da beleza física sobre a atracção revelam-se consistentes através das idades, dos sexos e das categorias socioeconómicas. É óbvio que os padrões de beleza apresentam uma variabilidade histórica (Silverstein, Perdue, Peterson e Kelly, 1986) e uma relatividade cultural bastante acentuadas. Contudo, dentro duma mesma cultura e numa mesma época, existe uma convergência notável, expressa nas elevadas correlações «interjuízes» obtidas nas investigações centradas na avaliação das dimensões morfológicas do rosto (Berscheid e Walster, 1974a; Cunningham, Roberts, Barbee, Druen e Wu, 1995) e ilustrada pelas características mais ou menos invariantes dos «modelos» que nos são propos-

tos através da publicidade e dos meios de comunicação social.

Apesar da convergência referida, convém notar que a avaliação da beleza física não depende exclusivamente dos atributos objectivos, sendo, igualmente, influenciada por factores de natureza situacional (v.g., efeitos de contraste: em geral os indivíduos subavaliam a beleza de uma fotografia depois de terem observado uma série de fotografias de indivíduos mais atraentes – Kenrick, Gutierrez e Goldberg, 1989; Wedell, Parducci e Geiselman, 1987) e mediatizada por estados emocionais e/ou motivacionais (v.g., a activação fisiológica conduz à sobreavaliação da beleza – White, Fishbein e Rutstein, 1981).

Quais são os processos explicativos dos efeitos da beleza na atracção interpessoal? Para além da evidência dos efeitos directos, a resposta a esta questão passa pela verificação da existência generalizada de *estereótipos sociais* associados a variáveis morfológicas. Mais exactamente, os indivíduos tendem a associar a beleza a traços de personalidade positivos. O estereótipo segundo o qual «o belo é bom» foi realçado por um conjunto impressionante de estudos empíricos (Eagly, Ashmore, Makhijani e Longo, 1991; Jackson, Hunter e Hodge, 1995). São as educadoras de infância, e os professores em geral, que tendem a valorizar e a tratar diferencialmente os alunos (Dion, 1972); as próprias mães das crianças atraentes a dispensarem-lhes mais afecto e atenção (Langlois, Ritter, Casey e Sawin, 1995); os juízes que tendem a ser mais indulgentes para com os réus mais atraentes (Efran, 1974), salvo se as suas características físicas foram directamente instrumentais na prossecução do crime (Sigall e Ostrove, 1975); são, enfim, e entre outros exemplos possíveis, os entrevistadores que fazem da aparência física um critério de selecção profissional (Cash, Gillen e Burns, 1977).

Cabe perguntarmo-nos qual é a verdadeira natureza e o modo de funcionamento destes estereótipos. Em rigor, não existe nenhuma razão plausível para que os mais «privilegiados» fisicamente sejam, também, os mais dotados ao nível de competências cognitivas e sociais. Contudo, existe uma parte substancial de verdade nos estereótipos em causa. Assim, é possível que, durante o processo de socialização, o tratamento diferencial de que são alvo os indivíduos mais atraentes possa contribuir para aumentar a auto-estima e, simultaneamente, condicionar o desenvolvimento efectivo de competências e características de personalidade socialmente valorizadas. Trata-se do processo mais genérico da *auto-realização das expectativas*, descrito inicialmente por Merton (1948) e demonstrado nas mais diversas esferas da interacção humana (Darley e Fazio, 1980; Snyder e Swann, 1978). Contrariamente a outros estereótipos (v.g., os ligados aos papéis sociosexuais), os estereótipos ligados à beleza física desenvolvem-se e funcionam em contextos bastante informais, tornando-se mais difícil delimitar-lhes a influência ou atenuar-lhes as consequências negativas (Dion, 1986).

A importância da beleza física em função do sexo foi igualmente objecto de investigação. Ainda que diversos estudos (Walster, Aronson, Abrahams e Rottman, 1966; Berscheid, Dion, Walster e Walster, 1971; Feingold, 1991; Sprecher, Sullivan e Hatfield, 1994) indiquem que os homens, comparativamente às mulheres, dão maior importância aos atributos físicos do sexo oposto, tais diferenças podem vir a atenuar-se à medida que se assiste ao declínio do duplo padrão sexual.

Duas questões finais sobre as relações beleza/atracção merecer-nos-ão uma nota especial, dada a sua pertinência em função da investigação actual. Em primeiro lugar, o estudo das consequências da beleza para o próprio indivíduo tem

sido relativamente descurado, se comparado com o estudo dos seus efeitos no outro. Se é verdade que existem numerosas investigações que põem em evidência processos de emparelhamento heterossexual (v.g., os indivíduos tendem a estabelecer relações amorosas ou a casar com aqueles cujo grau de beleza física é relativamente próximo do seu – Murstein, 1972; Feingold, 1988) ou mecanismos compensatórios (v.g., as assimetrias na beleza são compensadas por assimetrias de sinal contrário ao nível do estatuto socioeconómico ou das próprias características da personalidade – Berscheid e Walster, 1974a), também não é menos verdade que o problema das estratégias de «rendibilização» dos atributos físicos no âmbito das interacções humanas tem sido insuficientemente estudado (Alferes, 1997).

A segunda questão refere-se à maior ou menor importância que a beleza física pode assumir em função do tipo de relação e dos objectivos/necessidades dos indivíduos nela envolvidos. O problema do peso relativo dos vários atributos (v.g., inteligência, sociabilidade) que concorrem com a beleza para determinar o grau de atracção social só pode ser resolvido se se especificar a natureza da relação em causa (v.g., amizade *versus* amor) e os objectivos subjacentes às estratégias individuais de aproximação/sedução (v.g., procura de uma «aventura ocasional» *versus* projecto de uma relação continuada).

### As semelhanças interpessoais

Paralelamente à beleza física, à inteligência ou a outros atributos pessoais, é possível identificar um segundo tipo de condições antecedentes da atracção interpessoal, que não se situa no plano individual, mas no da própria relação (cf. *ponto 3.1*). Estas condições relacionais da atracção dizem respeito, prioritariamente, às semelhanças interindividuais ao nível das atitudes, das opi-

niões, dos interesses, dos traços de personalidade, das competências cognitivas e socioemocionais ou de qualquer outra dimensão das actividades humanas (Cann, Calhoun e Banks, 1995; Hogg, Cooper-Shaw e Holzworth, 1993).

Entre os diversos domínios estudados, a incidência da semelhança de atitudes na atracção é aquele que se encontra mais amplamente documentado (Cappella e Palmer, 1990). Com efeito, desde os anos 60 que Byrne (1971) tem vindo a desenvolver um programa sistemático de investigações que mostra que o grau de atracção é função directa do grau de semelhança atitudinal. O paradigma experimental (dito do *falso descoberto*) utilizado nestas investigações consiste, fundamentalmente, em solicitar a cada indivíduo que avalie um outro indivíduo em duas escalas de sete pontos (indicando em que grau gosta dele e em que medida gostaria de trabalhar com ele) depois de ter tido acesso a um questionário de atitudes pretensamente preenchido pelo segundo. Na realidade, é o próprio experimentador que preenche o questionário fazendo variar, de modo sistemático, a proporção de atitudes semelhantes entre os dois sujeitos, com base nas respostas dadas pelo primeiro indivíduo a um questionário idêntico previamente preenchido.

Byrne (1971; Clore e Byrne, 1974) interpreta a relação funcional entre semelhança de atitudes e atracção interpessoal integrando a noção de *validação consensual*, derivada da teoria da comparação social de Festinger (1954), com o conceito clássico de *reforço*. Mais exactamente, a verificação da convergência atitudinal é uma situação intrinsecamente reforçante, na medida em que a validação consensual satisfaz a necessidade de organização lógica do mundo social.

A posição de Byrne contrasta com a assumida pelos defensores da teoria da complementaridade (Winch, 1958), segundo a qual são as assimetrias em diferentes atributos que geram

atracção. Apesar de a maioria das investigações empíricas favorecer a tese da semelhança, convém acentuar, como o fazem Gergen e Gergen (1981), que a opção entre semelhança e complementaridade implica a consideração de diversos factores, nomeadamente o tipo da dimensão em estudo, as significações sociais que lhe estão associadas e os motivos subjacentes aos comportamentos individuais no quadro da relação.

Num artigo recente, Rosenbaum (1986a) contesta a importância atribuída à semelhança, procurando uma explicação alternativa para os resultados de Byrne. Segundo o autor, não é a semelhança de atitudes em si mesma que gera atracção, mas a dissemelhança que leva ao afastamento/repulsão. Em termos concretos, numa primeira fase da relação, a dissemelhança de atitudes geraria desconforto, levando os indivíduos a diminuir os contactos. A semelhança seria, apenas, uma situação neutra ou, na melhor das hipóteses, facilitadora das interacções comportamentais. As verdadeiras razões da atracção relacionar-se-iam com os diversos acontecimentos ocorridos na interacção para além da convergência de atitudes. A polémica permanece em aberto (Byrne, Clore e Smeaton, 1986; Rosenbaum, 1986b; Smeaton, Byrne e Murnen, 1989) e a sua completa elucidação exigiria uma referência extensa a pormenores metodológicos incompatível com a natureza do presente capítulo. Por isso, remetemos o leitor interessado para a bibliografia citada neste parágrafo.

### **Hetero-avaliações, auto-estima e «estratégias de sedução»**

O corolário das teorias do reforço e da troca social, «gosto de quem gosta de mim», traduz a importância de uma terceira categoria de condições antecedentes da atracção interpessoal: as *apreciações positivas* dos outros. Apesar de amplamente documentado (Blau, 1964; Byrne,

1971; Homans, 1961), o fenómeno da reciprocidade da atracção coloca alguns problemas ao nível da interpretação. Obviamente que a necessidade de consideração positiva (Rogers, 1959) constitui um dos motivos básicos do comportamento humano, pelo que não é de estranhar que os elogios ou comentários positivos do outro relativamente ao meu comportamento me levem a gostar dele: «As amizades são sociedades de admiração mútua». Contudo, mesmo que se considere, na sequência de Homans (1961), que a aprovação social constitui um reforço generalizado (transituacional), há que reconhecer que a sua eficácia depende da especificidade das situações e/ou da presença de variáveis moderadoras associadas a traços de personalidade.

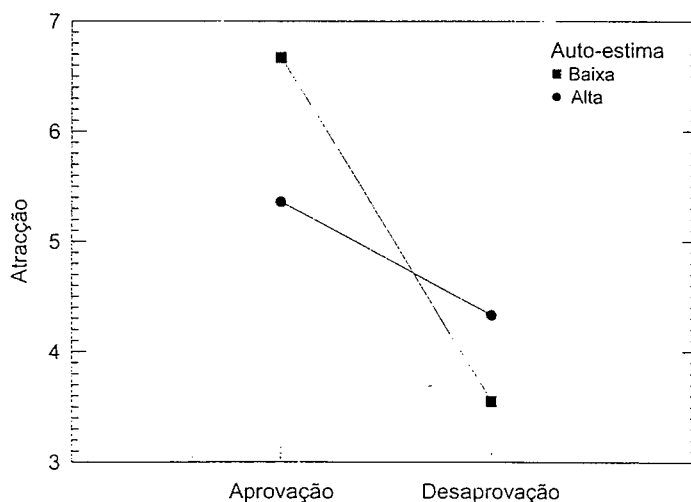
Entre estas variáveis, cabe referir o papel central da *auto-estima*. Num estudo de Jones, Knurek e Regan (1973, *cit. in* Jones, 1974), indi-

víduos cujo grau de auto-estima era previamente conhecido foram distribuídos por duas condições experimentais: *aprovação* e *desaprovação*. No final de uma discussão com um grupo de estudantes era-lhes comunicado que os outros aprovaram (*condição 1*) ou não (*condição 2*) as suas posições (claro que o sentido das comunicações era «manipulado» pelo experimentador). Em seguida, tinham oportunidade de indicar o grau de atracção que sentiram pelo «avaliador». Os resultados são os que se apresentam na Figura 1. Como se pode verificar, a atracção é mais elevada na *condição aprovação*. Contudo, os indivíduos com alta auto-estima são menos afectados pelas apreciações em qualquer das duas condições (*i.e.*, manifestam menor atracção na *condição aprovação* e maior na *condição desaprovação*). Esta interacção entre auto-estima e aprovação revela que a «reciprocidade

FIGURA 1

**A atracção interpessoal como função da auto-estima e da aprovação dos outros**

(Dados originais: Jones, 1974, p. 145)



do gostar» é, pelo menos em parte, moderada pela auto-estima do sujeito que é avaliado.

Um outro conjunto de circunstâncias susceptível de relativizar a importância da reciprocidade liga-se directamente à eventual contradição entre as auto e hetero-avaliações. Se não há consonância entre os elogios que me fazem e aquilo que efectivamente penso de mim, sou levado a duvidar do meu interlocutor, ou porque passo a julgá-lo como menos «lúcido», ou, mais importante, porque sou levado a pensar nos verdadeiros motivos subjacentes ao seu comportamento. Esta última circunstância põe em evidência a contradição entre duas grandes estruturas motivacionais: a *consideração social* e a *consistência cognitiva*. Simultaneamente, levanta o problema da manipulação nas relações interpessoais. Mais exactamente, numa situação em que somos alvo de apreciações positivas, procuramos índices que nos permitam decidir sobre a «sinceridade» dos elogios. Trata-se, no fundo, de um processo de atribuição, no qual as «estratégias» utilizadas pelo «avaliador» seriam escrupulosamente analisadas para além do seu valor facial.

Se é indiscutível que a necessidade de consideração social coloca qualquer indivíduo numa posição vulnerável perante apreciações positivas, é, igualmente, verdade que as «estratégias de sedução» nem sempre atingem os objectivos que se propõem. Jones e Pittman (1982; Jones e Wortman, 1973) designam por *estratégias de auto-apresentação os comportamentos motivados pelo desejo de manter ou aumentar o poder sobre o outro através da indução de atribuições sobre características disposicionais do actor*. Estes autores distinguem cinco estratégias principais: aliciamento/sedução (*ingratiation*), intimidação, autopromoção, exemplaridade e súplica. A primeira das estratégias – aliciamento – reveste-se de particular importância no contexto da atracção interpessoal, na medida em que a

atribuição que o actor procura induzir no interlocutor é precisamente a de que «ele (actor) é uma pessoa de quem se gosta». Mas, ao procurar cair nas «boas graças» do outro (autodescrevendo-me de modo positivo, manifestando opiniões semelhantes, elogiando-o ou fazendo-lhe «favores»), corro o risco de ser visto como impostor, conformista ou subserviente e, em vez de despertar afeição, induzir desprezo ou desconsideração. É nisto que consiste o *dilema do sedutor*: quanto mais intensos são os motivos que me levam a aliciar o outro, maior é a probabilidade de que ele se questione sobre as verdadeiras razões do meu comportamento.

Em termos formais, Jones e Pittman (1982) afirmam que os comportamentos de sedução são determinados por três factores principais: *a) valor incentivo* ou importância atribuída ao facto de o outro vir a gostar de mim; *b) probabilidade subjectiva* de que as minhas acções sejam bem sucedidas na indução das atribuições esperadas; e *c) legitimidade percebida* ou apreciação individual de que tais acções são compatíveis com os padrões morais do actor. A contradição reside no facto de que, por exemplo, a dependência face a outro aumenta o valor incentivo, mas, simultaneamente, a probabilidade subjectiva de o influenciarmos, através do elogio, vê-se drasticamente reduzida na medida em que tal indivíduo tem «motivos» mais que suficientes para procurar certificar-se da veracidade das nossas acções.

### 1.3. *Um caso especial de atracção interpessoal: o amor passionnal*

A paixão, tema recorrente de poetas e romancistas, constitui um caso especial entre os diversos tipos de atracção interpessoal. Com efeito, a *intensidade* do amor passionnal distingue-o facilmente da amizade e de outras for-

mas intermédias de atracção. O seu *carácter efémero* e vulnerável contrasta com a estabilidade e durabilidade das experiências de vinculação infantil ou com a aparente continuidade do amor conjugal. A *idealização do ser amado*, ou mais exactamente a antecipação fantasiada de gratificações ilimitadas na relação com o outro, parece excluí-lo do campo do *deve e haver* das trocas sociais e afectivas. Por último, a génese da paixão, associada à presença de um conjunto heteróclito de *emoções positivas e negativas*, opõe-a às formas de atracção em que as condições antecedentes desempenham, quase exclusivamente, um papel reforçante.

Seguindo um percurso diferente das abordagens de inspiração clínica (Fromm, 1956; Maslow, 1954), Rubin (1970, 1974) procurou distinguir o *amor* do simples *gostar de* com base em duas escalas psicométricas (*love scale* e *liking scale*). A análise das respostas aos diferentes itens permitiu ao autor identificar as principais dimensões subjacentes a cada uma das escalas. Assim, a *vinculação*, a *preocupação* com o outro e a *intimidade* caracterizariam o *amor*; ao passo que o simples *gostar de* remetia fundamentalmente para o *respeito* e a *afeição*. Outros estudos (Steck, Levitan, McLane e Kelley, 1982; Swensen, 1972), com ligeiras divergências, apontam no mesmo sentido.

Contudo, a primeira análise sistemática do amor passionaI deve-se a Walster e Berscheid (1971; Berscheid e Walster, 1974b). Hatfield e Walster, privilegiando a dimensão especificamente emocional da paixão, definem o *amor passionaI* como «um estado de desejo intenso de união com o outro. O amor retribuído (união com o outro) está associado a satisfação e êxtase. O amor não retribuído (separação) à sensação de vazio, ansiedade ou desespero. Um estado de profunda activação fisiológica» (1978, p. 9).

Neste contexto, o estudo das condições antecedentes da paixão merece especial relevo, na

medida em que parece questionar o modelo dominante das teorias do reforço. Com efeito, enquanto a simples atracção está associada com reforços positivos, existem diversas situações, aparentemente aversivas, que facilitam a emergência do amor passionaI. Como paradigma destas situações podemos referir, entre outras, a experiência de Dutton e Aron (1974). Os autores procuraram testar a hipótese, segundo a qual a ansiedade (medo) gera atracção. Para isso uma entrevistadora atraente (comparsa dos experimentadores) abordou sujeitos do sexo masculino em duas situações geradoras de níveis diferenciados de activação fisiológica. Na primeira situação (*condição activação*) era-lhes solicitado que preenchessem um questionário após atravessarem uma ponte estreita e oscilante suspensa sobre um desfiladeiro a cerca de setenta metros de altura; na segunda (*condição não-activação*), o cenário da entrevista consistia na travessia de uma outra ponte baixa e sólida. Após o preenchimento do questionário, a entrevistadora fornecia aos sujeitos o seu número de telefone e convidava-os a ligarem, na eventualidade de estarem interessados em obter informações adicionais sobre a investigação em causa. A análise dos resultados indicou que a percentagem dos sujeitos que contactaram a entrevistadora foi significativamente superior na *condição activação*. Além disso, as respostas aos questionários dos sujeitos nesta condição apresentavam, com maior frequência, conteúdos de natureza sexual.

Berscheid e Walster (1974b; Hatfield e Rapson, 1987), com base nos resultados desta e de outras investigações, procuraram interpretar a génese da paixão no quadro da teoria bifactorial das emoções de Schachter (1964). À semelhança doutros estados emocionais, a experiência da paixão pressuporia duas condições: primeira, *activação fisiológica* intensa, mas relativamente indiferenciada; segunda, *rotu-*

lação cognitiva do estado de activação com base nos índices situacionais disponíveis no campo psicológico do sujeito. Assim, na investigação de Dutton e Aron (1974), na ausência de outros índices, os sujeitos na *condição experimental*, quando activados pelo medo, atribuiriam tal efeito não à situação objectiva, mas à presença da comparsa do experimentador. A explicação do amor passional dentro do *modelo da falsa atribuição* encontra apoio nas investigações mais recentes de White, Fishbein e Rutstein (1981). Os autores registaram o grau de atracção por uma comparsa (observada em registo vídeo) que, em metade das situações, se apresentava de modo atraente e, na outra metade, de modo menos atraente. Na *condição forte activação*, os sujeitos faziam a sua avaliação após terem corrido durante 120 segundos; na *condição fraca activação* corriam apenas durante 15 segundos.

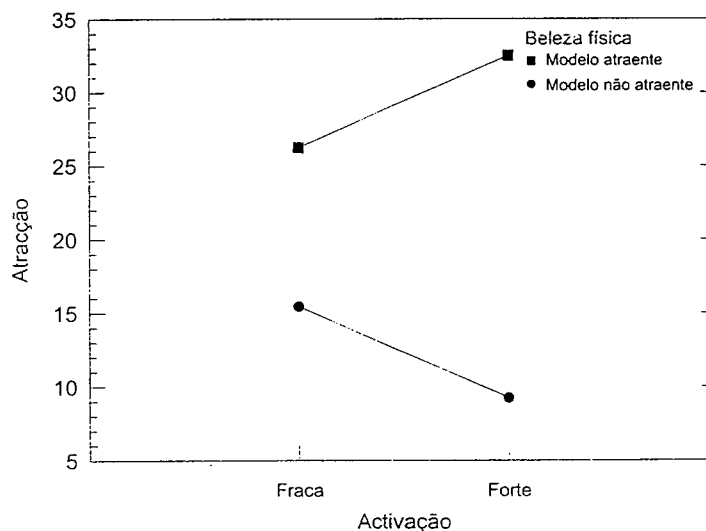
Os resultados obtidos indicam-se na Figura 2. Como pode verificar-se, as avaliações dos indivíduos na *condição forte activação* são mais extremadas: sobreavaliam o «modelo» atraente e subavaliam o «modelo» menos atraente.

Contudo, Kendrick e Cialdini (1977) colocam algumas reservas à explicação pela falsa atribuição. Para estes autores, os erros de atribuição só são susceptíveis de ocorrer quando a fonte de activação, ainda que presente, não se revista de particular saliência. Ora, não é este o caso da experiência de Dutton e Aron (1974), em que as condições físicas seriam suficientemente salientes para que os sujeitos as identificassem como fonte de activação. Nesta perspectiva, existiria uma atribuição correcta da activação e a atracção pela comparsa seria explicada pelo *modelo do reforço negativo*. Mais exactamente, a presença da comparsa reduzia a ansiedade e

FIGURA 2

### Grau de atracção em função da activação fisiológica e da beleza física

(Fonte: White, Fishbein e Rutstein, 1981, p. 59)





seria este facto que a tornaria mais atraente para os sujeitos na *condição forte activação*.

Esta controvérsia entre as explicações pela falsa atribuição e pelo reforço negativo foi recentemente retomada por Allen, Kenrick, Linder e McCall (1989). Os autores continuam a defender a interpretação pelo reforço da experiência de Dutton e Aron. Contudo, reconhecem que tal modelo não funciona no caso das investigações de White *et al.* (1981; White e Kight, 1984), na medida em que o decréscimo de atracção pela comparsa menos atraente, após activação gerada por uma fonte neutra, é imprevisível a partir da teoria do reforço negativo: «É contrário ao modelo prever que uma pessoa possa simultaneamente actuar como reforço negativo e tornar-se menos atraente» (Allen *et al.* 1989, p. 262). Os autores acabam por propor um terceiro modelo, estruturalmente idêntico ao da *facilitação social* de Zajonc (1968), que designam por *facilitação de resposta*. Tal modelo afirma que a activação, independentemente da saliência e do carácter positivo, negativo ou neutro da fonte que a gerou, funciona como factor motivacional indiferenciado (semelhante ao *impulso hulliano*) em presença do qual o indivíduo executa a resposta dominante na situação actual. Exemplificando: em estado de activação e perante uma mulher atraente, a resposta dominante é a atracção, verificando-se o contrário na situação inversa. Na sua aparente simplicidade, o modelo da facilitação de resposta não implicaria a fraca saliência da fonte de activação, pressuposta pela teoria da falsa atribuição, nem teria dificuldades a lidar com as situações neutras, em que o «objecto» de atracção se vê impossibilitado de funcionar como reforço negativo.

Entre as condições antecedentes da paixão contam-se, também, acontecimentos emocionalmente positivos: excitação e gratificação sexual ou satisfação de necessidades em geral (Berscheid e Walster, 1974b; Hatfield e Rapson, 1987).

Duas questões fundamentais parecem estar ausentes da reflexão que temos vindo a fazer sobre o amor passional. Em primeiro lugar, à semelhança do que se passa com o estudo das condições antecedentes de outras formas de atracção, as investigações têm-se centrado primordialmente em atributos pessoais, descurando o papel do sujeito na construção das próprias situações de interacção. Em segundo lugar, há que reconhecer que a compreensão do amor passional nos remete inevitavelmente para as normas culturais e para os *scripts* sociais. Abordaremos sucessivamente estes dois aspectos.

No que diz respeito ao primeiro, cabe referir a linha de investigação de Snyder (1987) sobre o papel dos sujeitos na construção de cenários românticos na escolha dos potenciais parceiros. Por exemplo, Snyder, Berscheid e Glick (1985) mostraram que os indivíduos com elevado grau de *automonitorização* (capacidade de controlar o comportamento expressivo) são mais susceptíveis de iniciar uma relação romântica com base na aparência exterior do potencial parceiro, ao passo que os indivíduos com baixa automonitorização dão maior importância aos atributos «internos». A automonitorização está igualmente relacionada com a escolha das situações apropriadas para iniciar uma relação amorosa. De acordo com um estudo de Glick (1985), os sujeitos com elevada automonitorização, quando confrontados com a possibilidade de optar entre um ambiente romântico (v.g., jantar num restaurante agradável) e outro menos romântico (v.g., lancha no bar da universidade), escolhiam o primeiro com maior frequência do que os sujeitos com baixa automonitorização.

Quanto ao segundo aspecto acima referido – o papel dos factores socioculturais na génese da paixão –, é importante acentuar a existência (pelo menos no que se refere às sociedades ocidentais contemporâneas) de normas e expectativas culturais de acordo com as quais todos os

indivíduos se devem apaixonar (Jankowiak e Fischer, 1992). O amor passional aparece cada vez mais como uma condição prévia para o casamento (Campbell e Berscheid, 1976; Simpson, Campbell e Berscheid, 1986).

Terminaremos esta secção com uma breve alusão ao carácter efémero do amor romântico. De acordo com Blood (1967), os «casamentos de amor» e os «casamentos de conveniência» apresentam padrões diferenciados no que diz respeito às «manifestações amorosas» entre os parceiros. Estas declinariam mais rapidamente (sobretudo a partir do segundo ano) nos «casamentos de conveniência». Contudo, ao fim de dez anos não existiriam diferenças significativas. A evolução do amor passional e a sua relação com outros tipos de amor será objecto da Secção 3.

## 2. A construção social da sexualidade

Aceita-se, sem grande dificuldade, que o desejo sexual constitui um dos componentes principais das relações passionais (Berscheid, 1988). Contudo, a sexualidade não se circunscreve às situações românticas ou amorosas. A conjugação amor/sexo não é uma necessidade biológica, nem um imperativo social, mas, apenas, uma das possíveis soluções histórico-culturais para o problema da articulação entre reprodução biológica e vinculação social.

Apesar de a generalidade dos investigadores afirmarem explicitamente o carácter psicossocial da sexualidade, esta só muito recentemente se veio a constituir como problemática específica em psicologia social (Byrne, 1977; Hatfield e Rapson, 1987). Para além das habituais razões de ordem moral ou de prestígio científico, a princi-

pal causa desta situação reside, fundamentalmente, na aceitação generalizada da dicotomia instinto/norma (Alferes, 1987a). Por um lado, os comportamentos sexuais são analisados numa perspectiva psicobiológica, prisioneira da sexualidade natural e dos mecanismos filogenéticos que lhe dão forma; por outro, as perspectivas estritamente antropológicas e/ou sociológicas, ao insistirem excessivamente nos relativismos culturais ou nas regularidades normativas, ignoram o papel do sujeito na gestão que faz das suas experiências e do seu corpo e na significação que atribui aos seus comportamentos.

Na perspectiva da psicologia social, a sexualidade constitui um caso particular das interações humanas, pelo que a sua compreensão nos remete directamente para os mecanismos gerais que regulam tais interações. Além disso, o estudo dos padrões de comportamento sexual é indissociável das representações sociais da sexualidade que orientam e dão significado à acção.

### 2.1. *Encenações culturais, interpessoais e intrapsíquicas*

Nesta perspectiva, os comportamentos sexuais, à semelhança de quaisquer outros, são conceptualizados como resultando de um *processo de construção social* e não como a manifestação de uma motivação ou instinto especial interiores ao organismo. Gagnon e Simon (1973; Simon e Gagnon, 1986, 1987) introduziram o conceito de *script* sexual para dar conta do carácter construído da sexualidade. Os *scripts sexuais*, que constituem um caso particular dos *scripts* sociais, podem ser definidos como esquemas (socialmente construídos) de atribuição de significação e de orientação (d direcção) da acção<sup>3</sup>.

<sup>3</sup> *Script* significa literalmente «manuscrito de uma peça de teatro ou de um filme, ou do papel de um actor» (*The Lexicon Webster Dictionary*) e poderia ser traduzido pelo português *guião*. Optámos, contudo, pela manutenção do original, tendo em consideração o seu uso generalizado para além das fronteiras da literatura psicológica anglófona.

Para os autores, o conceito de *script* «é essencialmente uma metáfora para conceptualizar a produção de comportamentos no interior da vida social» (1986, p. 98). Pelas suas funções, o conceito de *script* aproxima-se do conceito de *representação social* (Moscovici, 1976; cf. Capítulo XIV). Com efeito, à semelhança das representações sociais, os *scripts* referem-se a *modalidades de conhecimento prático, socialmente elaboradas e partilhadas, constituindo, simultaneamente, sistemas de interpretação e de categorização do real e modelos ou guias de acção*. De modo mais específico, os *scripts* são estruturas cognitivas (cf. Capítulo XI) que «organizam a compreensão das situações baseadas em acontecimentos», incluindo expectativas sobre a respectiva ordem de ocorrência (Abelson, 1981, p. 717).

No interior de uma dada cultura, os *scripts* sexuais especificam: *a) quem* são os possíveis parceiros sexuais; *b) em que circunstâncias – onde e quando – é apropriado comportarmos-nos sexualmente e que tipo de actividades – o quê e como – nos é «permitido»; c) quais os motivos ou razões – porquê – que nos levam a comportar de modo sexual* (Gagnon, 1977). Por outras palavras, enquanto significações partilhadas pelos actores sociais, os *scripts* sexuais organizam os comportamentos sexuais, definindo as situações de interacção, gerando expectativas relacionais e sinalizando as respostas «incongruentes».

A importância dos *scripts* na regulação dos comportamentos sexuais pode ser perspectivada a três níveis distintos. Num primeiro nível

– *encenações culturais*<sup>4</sup> – encontramos «os guias gerais» da acção, tal como se expressam no plano das significações e normas colectivas. Nass, Libby e Fisher (1981) consideram cinco tipos principais de *scripts*: o «*script* religioso tradicional», o «*script* romântico», o «*script* das relações sexuais baseadas na amizade», o «*script* da infidelidade ocasional» e o «*script* utilitário/predador». DeLamater (1987) fala de orientações ou ideologias sexuais (v.g., ascetismo, sexo reprodutivo, relacional, lúdico ou terapêutico) ligadas, directa ou indirectamente, a quatro grandes instituições sociais (religião, família, economia e medicina).

Num segundo nível – *scripts interpessoais* – a sexualidade é perspectivada em função das respostas concretas dos actores sociais às expectativas normativas decorrentes das encenações culturais. Mais exactamente, no quadro das interacções sociais, os indivíduos procuram, reciprocamente, articular os seus desejos e planos sexuais. Esta tarefa é facilitada pela existência de *scripts* interpessoais que organizam tais interacções, fornecendo aos sujeitos pistas para interpretar e coordenarem os respectivos comportamentos, reduzindo, deste modo, a ambiguidade das situações. Para os actores em presença, os *scripts* interpessoais constituem a interpretação comum e contextualizada das encenações culturais pertinentes. Simon e Gagnon definem os *scripts* interpessoais como «as representações do eu e das “imagens implícitas” do(s) outro(s) que facilitam a ocorrência de trocas sexuais» (1987, p. 365).

<sup>4</sup> No original *cultural scenarios*. O termo *scenario* é virtualmente sinónimo de *script* e refere-se ao: «1. Esboço do enredo de um trabalho dramático em que se dão pormenores variados de cenas, personagens e situações; 2. Esboço ou manuscrito de um filme em que é dada a sequência da acção, a descrição das cenas e personagens e o material escrito a aparecer no ecrã» (*The Lexicon Webster Dictionary*). Como tal, distingue-se do inglês *scenary* (correspondente ao português «cenário»), que se aplica, com propriedade, aos aspectos decorativos do palco. Neste contexto, julgamos que a tradução mais apropriada para *scenario* é «encenação».

A comunicação representa um dos aspectos centrais nos *scripts* interpessoais, uma vez que é através dela que «um encontro sexual potencial se transforma numa troca sexual explícita» (Simon e Gagnon, 1987, p. 366). Em contextos estandardizados, o problema da comunicação é relativamente menor e os *scripts* transformam-se em simples rotinas de interacção (Goffman, 1967). Contudo, em situações menos convencionais, a própria «entrada num *script* sexual» é objecto de negociação ao nível da atribuição de significações e da confirmação das identidades sociais e sexuais. McCormick e Jesser (1983), ao analisarem as situações de enamoramento, concluem que, apesar do relativo declínio do duplo padrão sexual, os rapazes, mais do que as raparigas, continuam a utilizar estratégias activas de sedução. Shotland e Craig (1988) mostraram experimentalmente que tanto os homens como as mulheres são capazes de diferenciar entre «intenções amigáveis» e «intenções sexuais», ainda que os primeiros manifestem limiares mais baixos para atribuição de significações sexuais. Muehlenhard e Hollabaugh (1988) assinalam que 39.3% das mulheres já recusaram, pelo menos uma vez, ter relações sexuais, ainda que o desejassem. A prevalência deste *script* clássico (*Women sometimes say no when they mean yes*) está associada à adesão a estereótipos tradicionais dos papéis sexuais e a dimensões atitudinais como a *erotofobia-erotofilia*. Note-se que esta investigação incidiu sobre estratégias de recusa concomitantes com o desejo de se envolver numa relação sexual e não em situações ditas de «assédio sexual». Entre as razões invocadas para a incongruência entre comportamentos e desejos contam-se, para além das de ordem prática, as relacionadas com factores de inibição e com a utilização de estratégias de manipulação.

A maior «disponibilidade» dos homens para entrarem num *script* sexual, independentemente

do conhecimento prévio do parceiro, é exemplarmente ilustrada por uma investigação experimental em «meio natural» realizada por Clark e Hatfield (1981, *cit.* in Hatfield, 1982). Os autores pediram a comparsas dos dois sexos que contactassem informalmente, em diferentes locais do *campus* universitário, colegas desconhecidos do sexo oposto. Depois de uma breve frase em que manifestavam que já há algum tempo vinham a reparar neles, os comparsas convidavam os sujeitos para: *a*) um encontro futuro; *b*) visitarem o seu apartamento e *c*) irem para a cama. Sintomaticamente, 75% dos homens aceitaram ir para a cama, 69% dispuseram-se a visitar o apartamento da comparsa e 50% encararam a possibilidade de um futuro encontro; no caso das mulheres, nenhuma quis ir para a cama com o comparsa desconhecido, 6% prestaram-se a visitar o respectivo apartamento e, finalmente, 56% aceitaram marcar um encontro.

É ao nível dos *scripts* interpessoais que se desenvolvem as estratégias de sedução e que os atributos, ou factores pessoais de atracção, são susceptíveis de utilização estratégica. Por exemplo, Snyder, Simpson e Gangestad (1986) mostraram que um elevado grau de *automonitorização* está associado a um maior número de experiências sexuais e a atitudes mais permissivas relativamente à sexualidade. Outras variáveis de natureza disposicional, como o «humor de momento» (Forgas, Bower e Krantz, 1984) ou o «estilo competitivo» (Laner, 1989), podem influenciar a «entrada nos *scripts* sexuais». Forgas e Dobosz (1980) analisaram as representações de vinte e cinco episódios interpessoais heterossexuais (v.g., um *flirt* sem conseqüências durante uma festa de amigos, uma situação de infidelidade, um casamento de trinta anos, etc.) e chegaram à conclusão de que os sujeitos classificam os *scripts* interpessoais em função de três dimensões: *sexualidade* (sexo físico *versus* mero envolvimento afectivo), *valorização e*

*equilíbrio das relações* (relações frustrantes *versus* satisfatórias; relações simétricas *versus* desiguais) e *amor e compromisso* (relações efémeras *versus* relações duradoiras).

Por último, há que considerar o nível intrapsíquico dos *scripts*. Ainda de acordo com Simon e Gagnon, enquanto os *scripts* interpessoais facilitam a ocorrência de comportamentos sexuais, os *scripts* intrapsíquicos constituem uma *encenação privada do desejo* e referem-se à «sequência de significações (ligadas a actos, posturas, objectos, gestos) que induz e mantém a activação sexual, conduzindo eventualmente ao orgasmo» (1987, p. 366). Os *scripts* intrapsíquicos dizem, pois, respeito à ligação entre fantasias e actividades sexuais, à articulação entre imaginário e comportamento (cf. *ponto 2.2*), podendo ser conceptualizados como *mapas amorosos* individualizados (Money, 1988).

Num inquérito recente sobre valores, atitudes e comportamentos sexuais (Alferes, 1997), procurámos definir os contornos e evidenciar as figuras centrais da sexualidade, a partir das respostas de 587 estudantes universitários. Os resultados obtidos indicam que, tanto no domínio comportamental como nos domínios atitudinal e normativo, os dois sexos estão de acordo no que diz respeito à sexualidade pré-matrimonial orientada para o prazer e vivida no quadro de uma relação emocional duradoira. O *script* do «sexo com afecto» é, pois, um *script* maioritariamente partilhado. Em contrapartida, a adesão ao «sexo pelo sexo» continua a ser quase exclusivamente masculina. Por outras palavras, as respostas dos inquiridos permitem-nos concluir pela existência de um *duplo padrão sexual condicional* (Reis, 1967; Sprecher, McKinney e Orbush, 1987), por oposição ao duplo padrão clássico, no qual, independentemente da tonalidade afectiva da relação, a sexualidade pré-matrimonial estaria exclusivamente reservada aos homens.

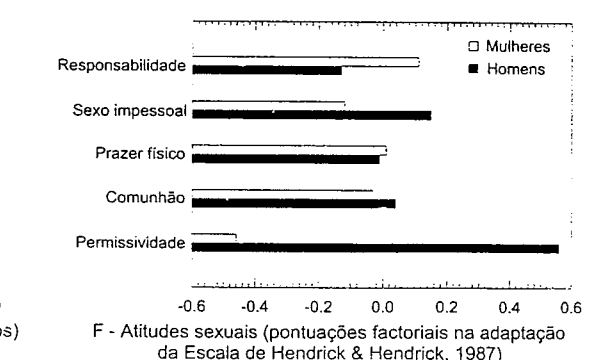
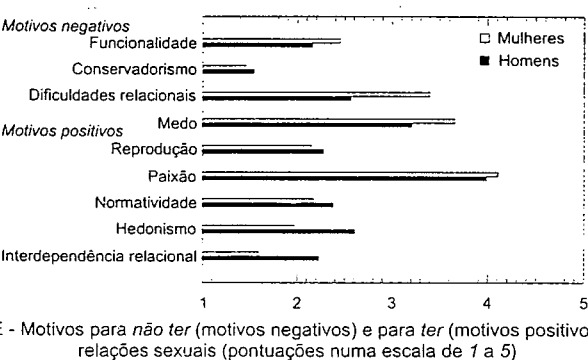
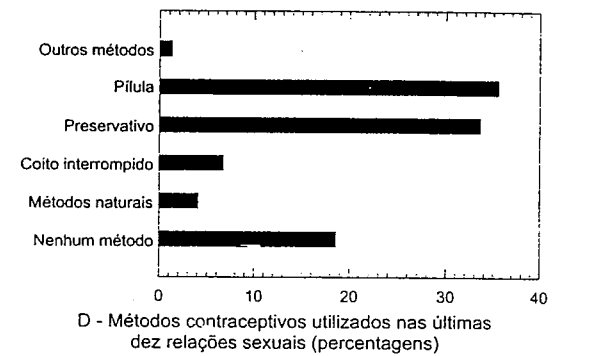
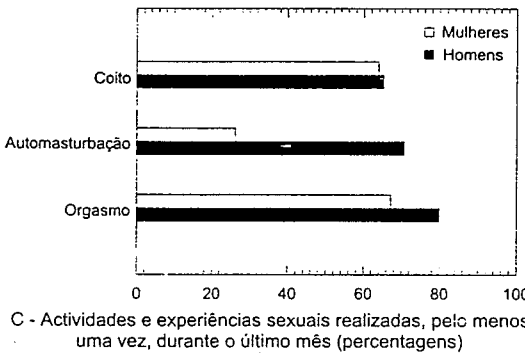
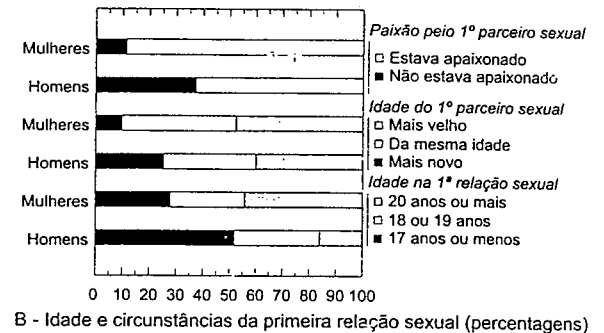
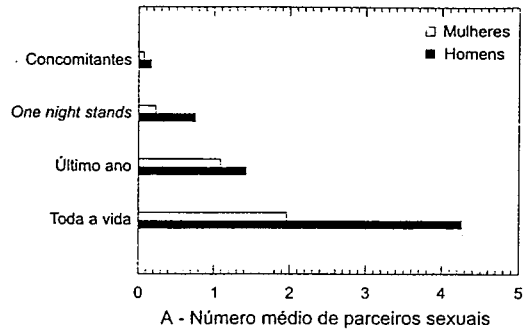
Assim, na gama de idades estudada, a taxa de virgindade masculina é sempre menos elevada do que a feminina. Enquanto esta desce abaixo dos 50% (48.1%) na classe 20-21 anos, a taxa masculina é, nesta mesma classe etária, de 16.7%, verificando-se, igualmente, que aos 18-19 anos apenas um terço dos rapazes contra aproximadamente três quartos das raparigas são virgens. Em média, a primeira relação sexual dos homens precede de cerca de um ano a das mulheres (17.7 *versus* 18.8 anos). Os homens tiveram mais parceiros sexuais, quer no último ano, quer durante todo o ciclo de vida; de igual modo, tiveram mais «aventuras de uma só noite», mais parceiros concomitantes com o actual parceiro (cf. Figura 3A), desejando relacionar-se sexualmente com um maior número de parceiros e esperando vir a fazê-lo no futuro. Pensam mais sobre sexo, masturbam-se mais e têm maior experiência do orgasmo (cf. Figura 3C). Do ponto de vista atitudinal, revelam-se mais permissivos, admitindo mais facilmente o sexo ocasional, o sexo sem compromissos e o sexo impessoal (cf. Figura 3F). Por sua vez, as mulheres mostram um maior conhecimento da eficácia dos métodos contraceptivos e, ao nível das atitudes, manifestam-se mais sensibilizadas para a educação sexual e planeamento familiar (factor *responsabilidade* na Figura 3F).

No que respeita à primeira relação sexual, os homens declaram-se menos apaixonados pelo parceiro do que as mulheres, ainda que em ambos os casos as percentagens ultrapassem os 50% (62.7% para os homens e 88.5% para as mulheres). Nas situações em que existe paixão, a idade do primeiro parceiro é, igualmente, conforme aos padrões clássicos: o homem mais velho do que a mulher (cf. Figura 3B). Note-se, contudo, que os homens e as mulheres aplicam uma «norma igualitária» à idade considerada apropriada para a primeira relação sexual, se

FIGURA 3

### Sexualidade e duplo padrão em estudantes universitários portugueses

(Dados originais: Alferes, 1997)



bem que os primeiros a antecipem de cerca de um ano para os dois sexos.

A convergência é, ainda, manifesta em relação às atitudes face à comunhão e ao prazer físico (cf. Figura 3F) e ao principal *motivo* para ter relações sexuais: a paixão (cf. Figura 3E). Contudo, as probabilidades de «entrada num *script* sexual concreto», a avaliar pela magnitude dos motivos, são superiores para o sexo masculino. De um modo geral, quando se trata de inventariar razões para ter relações sexuais, os homens ultrapassam as mulheres; ao invés, quando se trata de encontrar razões para evitar ter relações sexuais, as mulheres mostram-se mais «produtivas» (cf. Figura 3E). Por último, registre-se que, no plano das práticas contraceptivas e de prevenção da SIDA, os dados recolhidos são algo preocupantes: o uso do preservativo corresponde aproximadamente a um terço das relações sexuais relatadas, cabendo outro terço à pílula e o restante à ausência de contraceção ou a métodos ineficazes (cf. Figura 3D).

Uma crítica frequente às *teorias construtivistas* da sexualidade (entre as quais se inclui a dos *scripts* sexuais) diz respeito à negação do componente biológico da sexualidade. Contudo, o que está em jogo na análise psicossocial da sexualidade não são as potencialidades reprodutivas ou as capacidades eróticas, que assentam inevitavelmente num corpo biológico filogeneticamente condicionado, mas a gestão desse corpo no quadro das trocas sexuais. É sobre esta questão que incidirá o ponto seguinte.

## 2.2. As experiências sexuais

Quais são as sequências de actos, posturas, objectos e gestos através das quais os corpos/

/sujeitos se envolvem em trocas sexuais *culturalmente* esperadas, *relacionalmente* possíveis e *individualmente* significativas? Basicamente, tais sequências podem ser descritas como reacções fisiológicas e comportamentos manifestos, regulados pelos respectivos resultados, mediados por processos internos, que sustentam e modulam a activação sexual, e, tendencialmente, desencadeados por condições externas de estimulação (Byrne, 1977, 1986; Przybyla e Byrne, 1981). O esquema da sequência do comportamento sexual, proposto por Byrne (1986) e reproduzido na Figura 4, servir-nos-á de fio condutor para uma breve análise dos «acontecimentos» que caracterizam as actividades e/ou trocas sexuais. Em rigor, o esquema apresentado refere-se a uma sequência comportamental individual, aplicando-se, como tal, a actividades auto-eróticas. O estudo das relações sexuais entre dois indivíduos exige, obviamente, a articulação de duas sequências comportamentais.

Uma sequência de comportamento sexual implica *modificações fisiológicas* eventualmente conducentes ao *orgasmo*. Desde o trabalho pioneiro de Master e Jonhson (1966) que conhecemos com algum pormenor a fisiologia da resposta sexual humana e as modificações corporais correlativas<sup>5</sup>. Do ponto de vista da psicologia social, é importante sublinhar, para além da mediação cognitiva da estimulação sexual, o papel dos *scripts* e das representações sociais da sexualidade enquanto sistemas de referência em função dos quais os indivíduos avaliam os *resultados* da sua própria actividade sexual. Como nota Fisher (1986), um simples orgasmo durante o coito pode ser sentido como uma experiência transcendente, para aqueles cujas expectativas e fantasias são relativamente

<sup>5</sup> Para uma discussão da fisiologia da resposta sexual humana, podem consultar-se, para além da obra de Master e Jonhson (1966), os seguintes trabalhos: Zuckerman (1971), Heiman (1977), Rosen e Beck (1986) e Bancroft (1989).

modestas, ou como um acontecimento decepcionante para os que se erigem outros padrões de funcionamento sexual. De igual modo, os *actos instrumentais* conducentes ao orgasmo inscrevem-se, contrariamente ao que é comum pensar-se, em *scripts* sexuais cuja significação é estabelecida por aprendizagem directa ou vicariante.

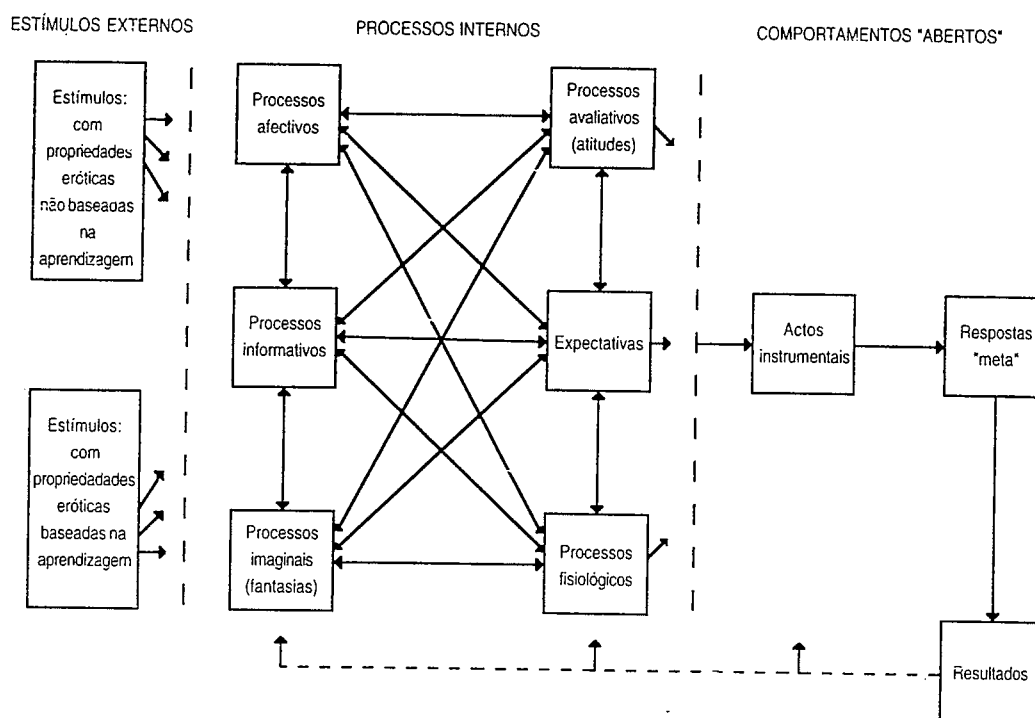
O corpo e os movimentos expressivos do outro constituem, obviamente, o principal *estí-*

*mulo sexual externo*. Em particular, determinadas «regiões» possuem valor erótico diferencial (v.g., as zonas ditas erógenas ou certas partes do rosto como os lábios)<sup>6</sup>. Contudo, a própria percepção do corpo como «excitante» é influenciada pelos *scripts* sexuais. Numa investigação de Byrne e DeNinno (1973, *cit. in* Baron. Byrne e Griffitt, 1974) era pedido a indivíduos de ambos os sexos que indicassem o

FIGURA 4

### A sequência do comportamento sexual

(Fonte: Byrne, 1986, p. 8)



<sup>6</sup> Os etólogos falam de *estímulos desencadeadores* e de *exibições sexuais* para se referirem ao papel que as características morfológicas ou movimentos instintivos ritualizados desempenham na indução de comportamentos sexuais (cf. Wickler, 1967).



nível de activação sexual após observarem dois tipos de filmes eróticos (um casal integralmente nu mantendo relações sexuais incluindo sexo oral-genital – *condição coito* – versus um casal parcialmente vestido praticando carícias múltiplas – *condição carícias*). Em termos globais, os sujeitos indicaram maior activação na condição coito. Mas, mais interessante, os autores manipularam, igualmente, as crenças dos sujeitos: na *condição relação amorosa* era-lhes dito que as imagens se referiam a indivíduos apaixonados recentemente casados; na *condição relação lúdica*, as mesmas imagens eram apresentadas como relativas a indivíduos que acabavam de se conhecer e tinham como único motivo o prazer sexual. Os resultados (cf. Figura 5) indicam que, tanto para os homens como para as mulheres, quer se tratasse de coito ou de carícias, o *script relação lúdica* produzia maior activação. Um outro resultado interessante diz respeito à

interacção entre sexo do respondente e tipo de actividade sexual: ignorando o tipo de relação, nas situações de carícias os homens manifestam maior activação do que as mulheres, verificando-se o inverso nas situações de coito.

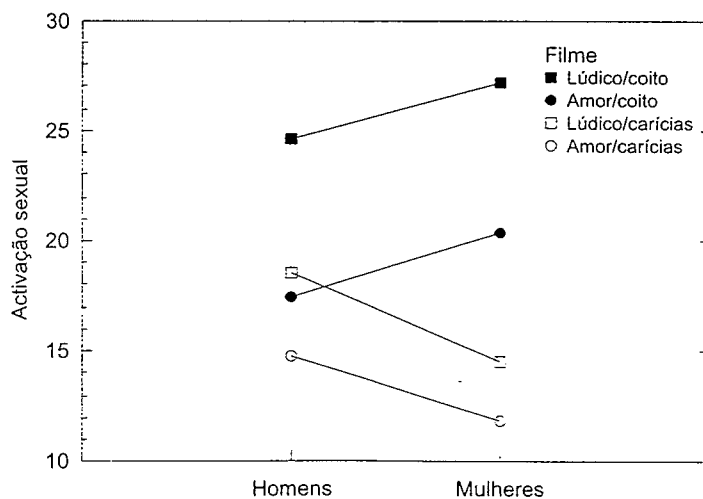
Note-se que, no contexto da activação sexual, o corpo não é só um objecto de percepção. Entre os principais estímulos sexuais conta-se, obviamente, a hetero ou auto-estimulação táctil das zonas erógenas. Cabe aqui sublinhar, à semelhança das *técnicas corporais* (Mauss, 1936-1978) identificadas noutros domínios da interacção humana, a existência de «técnicas de gestão erótica do corpo» socialmente aprendidas e mais ou menos generalizáveis em função dos grupos e das situações sociais (Alferes, 1987b).

A «encenação do desejo» depende, igualmente, de componentes internos de natureza afectiva e atitudinal. Mais especificamente, a probabilidade de ocorrência de respostas sexuais

FIGURA 5

### Activação sexual em função do sexo e do tipo de conteúdos de filmes eróticos

(Dados originais: Baron, Byrne e Griffitt, 1974, p. 479)



é influenciada pelas *respostas emocionais* positivas ou negativas (v.g., ansiedade, culpabilidade) associadas ao sexo. Fisher, Byrne e White (1983) afirmam que, do ponto de vista biológico, o sexo estaria inicialmente associado a emoções positivas. Contudo, as experiências sexuais e as normas sociais podem conduzir ao desenvolvimento de sistemas *erótico-fóbicos* ou *erótico-fílicos* que constituiriam verdadeiros reguladores emocionais dos comportamentos sexuais. Para além das respostas emocionais em sentido estrito, as orientações avaliativas ou *atitudes* relativas à sexualidade (v.g., permissividade) condicionam, igualmente, a probabilidade de ocorrência dos comportamentos sexuais.

As *informações*, «objectivas» ou «distorcidas», que os indivíduos têm sobre a sexualidade são susceptíveis de moldar os seus comportamentos, gerando *expectativas* positivas ou negativas relativamente às eventuais consequências das suas acções. Entre essas informações, contam-se as que se referem ao uso de contraceptivos, as relativas ao próprio desenrolar dos actos sexuais e aos «riscos» que comportam. A generalidade dos terapeutas sexuais (v.g., Kaplan, 1979; Masters e Johnson, 1970) insiste, de modo particular, na modificação das crenças dos respectivos clientes. A política de prevenção da SIDA, que tem vindo a ser desenvolvida desde o início da década de 80, tem como um dos principais componentes o fornecimento de informações destinadas a permitir o chamado «sexo sem risco».

Na sua definição clássica de psicologia social, Allport (1968) sublinhava que, nas interacções humanas, o «outro» pode ser real, implícito ou imaginário. Os *processos imaginais* e as *fantasias sexuais* contam-se, efectivamente, entre os principais componentes da sexualidade humana. Ao contrário do que Freud (1908/1962) afirmava, as fantasias não são necessariamente um substituto das actividades sexuais. De acordo

com diversas investigações (Giambra e Martin, 1977; Wilson, 1978), existe uma correlação positiva entre o número e a diversidade de fantasias e a frequência de actividades sexuais. Além disso, as fantasias sexuais não estão associadas a dificuldades no funcionamento sexual, nem a perturbações de personalidade (Hariton e Singer, 1974). Pelo contrário, parece existir uma relação positiva entre a quantidade de fantasias e certos traços de personalidade, como a criatividade (Hariton e Singer, 1974) e a independência (Brown e Hart, 1977). Para além da diversidade de conteúdos e de eventuais diferenças ligadas ao sexo (Arndt, Foehl e Good, 1985; Wilson, 1978), as fantasias funcionam como estímulos (internos) desencadeadores das actividades sexuais, desempenhando, igualmente, um papel preponderante na manutenção da excitação no decurso dessas mesmas actividades (Sue, 1979).

É ao nível dos processos imaginais e das fantasias, *i.e.*, do modo como o sexo é organizado pelos *scripts* intrapsíquicos, que podemos dar conta do carácter inovador das práticas individuais. A inovação depende, obviamente, da margem de liberdade que é dada aos sujeitos pelas codificações culturais e interpessoais da sexualidade. Esta margem tende a alargar-se à medida que diminui a eficácia dos processos simbólicos e se dilui o carácter imperativo das normas sociais.

Se os processos imaginais e as fantasias podem estar na origem de variações e inovações ao nível das «técnicas eróticas» e dos «cenários» que envolvem as interacções sexuais, eles não esgotam, contudo, o papel dos sujeitos na encenação do sexo. A distância em relação às encenações culturais traduz-se, igualmente, na possibilidade de utilizar o sexo com finalidades distintas das prescritas pelas grandes orientações normativas. É precisamente aqui, ao nível da «retórica dos motivos» sexuais, que se situam as ficções pessoais da sexualidade que podem

transformar as interacções rotineiras em novos *scripts* sexuais. Este processo é descrito por Simon e Gagnon (1987) como a passagem do *registo simbólico* (a sexualidade culturalmente codificada) ao *registo metafórico* (a sexualidade como expressão de motivações e significados pessoalmente construídos).

### 3. Estruturas relacionais da sexualidade e modelos de amor

Os fenómenos de atracção estudados na Secção I são susceptíveis de gerar relações interpessoais prolongadas e (relativamente) estáveis. As trocas sexuais, codificadas pelos diversos *scripts* referidos na Secção 2, ocorrem geralmente, ainda que não de modo necessário, no quadro de relações duradouras. O sexo constitui um dos principais *recursos* ou fonte de gratificação/frustração das relações humanas. Nesta secção, debruçar-nos-emos precisamente sobre as relações interpessoais íntimas, de molde a evidenciarmos a dinâmica evolutiva da atracção e a identificarmos as estruturas relacionais da sexualidade.

#### 3.1. *Relações íntimas: aspectos estruturais e dinâmicos*

Durante as décadas de 70 e 80, os psicólogos e outros cientistas sociais começaram a estudar, de modo sistemático, um tipo particular de relações interpessoais: as *relações íntimas*. Se bem que a capacidade de construir e manter relações interpessoais íntimas constitua um dos principais critérios de «saúde mental» e de satisfação interpessoal, não é fácil definir o conceito de intimidade. Levinger e Snoek (1972) afirmam que todas as relações humanas se podem caracterizar pelo respectivo grau de intimidade, desde a ausência de qualquer contacto até à mais pro-

funda reciprocidade, passando por estádios intermédios de conhecimento. De acordo com um estudo de Rands e Levinger (1979), a probabilidade de ocorrência de diversos comportamentos (actividades sociais, contacto físico, auto-revelação, elogios, críticas, etc.) é directamente condicionada pelo tipo de relação (conhecimento ocasional, relação de amizade, casamento, etc.).

A intimidade pode, pois, ser perspectivada como um padrão específico de interacções que caracteriza determinadas relações. Mas como definir tais relações, ou, mais exactamente, como distingui-las das relações humanas tomadas na acepção mais ampla? Hinde define as relações pessoais como «uma série de interacções entre dois indivíduos conhecidos um do outro (...) em que a interacção é afectada pelas interacções passadas ou é susceptível de influenciar as futuras» (1979, p. 2). Por outras palavras, tais relações pressupõem uma história e implicam expectativas relacionais mais ou menos generalizáveis.

Numa tentativa de sistematização do campo das relações pessoais, Kelley *et al.* (1983) propõem que se distingam dois planos de análise: o *plano descritivo* (identificação dos padrões específicos de interacção) e o *plano explicativo* (explicitação dos mecanismos de interdependência). Mais exactamente (cf. Figura 6), os autores começam por definir a interacção como um padrão de acontecimentos interpessoais. Por *acontecimento* designam qualquer modificação que ocorre a nível individual, no plano cognitivo (pensamentos, crenças), emocional ou da própria acção. Para que possamos falar de interacção é necessário que as modificações ocorridas em *P* estejam directamente relacionadas com as ocorridas em *O*, *i.e.*, para além das ligações internas, as duas cadeias de acontecimentos devem estar interconectadas. Os autores utilizam a expressão *conexões causais* para definir as ligações entre acontecimentos

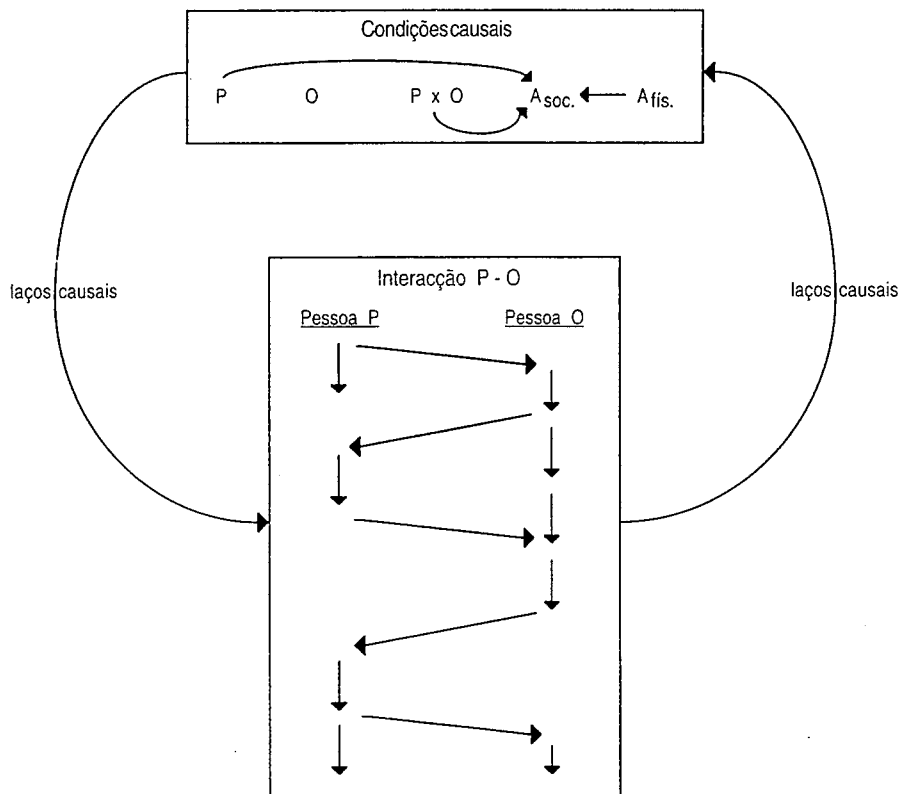
das cadeias de *P* e *O*. A estrutura destas ligações define as propriedades da interacção (v.g., intensidade, frequência, diversidade das conexões causais). Por sua vez, os padrões específicos de interacção são condicionados (*laços causais*) por factores mais ou menos estáveis de natureza *disposicional* (v.g., atributos pessoais), *rela-*

*cional* (v.g., atitudes semelhantes), *social* (v.g., normas sociais) ou *ambiental* (v.g., circunstâncias físicas e espaço-temporais). A determinação da influência destes factores (designados genericamente por *condições causais*) nos padrões de interacção constituiria o objectivo da análise causal, situando-se a identificação das

FIGURA 6

**O contexto causal das interacções diádicas.** As setas verticais, dentro do rectângulo da interacção, representam ligações entre acontecimentos (cognições, emoções ou comportamentos) que ocorrem em *P* ou em *O*. As setas oblíquas representam as conexões entre as respectivas cadeias de acontecimentos. As condições causais de natureza ambiental são indicadas pelas siglas *A<sub>soc.</sub>* (condições sociais) e *A<sub>fís.</sub>* (condições físicas e geográficas).

(Fonte: Kelley et al., 1983, p. 57)



propriedades no plano descritivo propriamente dito.

Neste contexto, as *relações interpessoais íntimas* definem-se como aquelas em que as *conexões causais* entre *P* e *O* são simultaneamente *intensas* (i.e., *P* tem capacidade de afectar os acontecimentos de *O* e vice-versa), *frequentes*, *diversificadas* (i.e., não se limitam a acontecimentos específicos) e *duradoiras* (Kelley *et al.*, 1983). Esta definição está na base de uma escala de avaliação do grau de intimidade das relações interpessoais recentemente desenvolvida por Berscheid, Snyder e Omoto (1989).

Subjacente a este modelo ou grelha de análise das relações interpessoais, de inegável valor heurístico, encontramos a *teoria da interdependência* de Thibaut e Kelley (1959; Kelley e Thibaut, 1978). De acordo com estes autores, todas as relações interpessoais se caracterizam pela capacidade recíproca de controlar os *recursos* materiais e simbólicos do outro através de comportamentos específicos e/ou pela expressão de atitudes ou outros atributos disposicionais. Nos parágrafos que se seguem, abordaremos alguns dos principais processos de interdependência cognitiva, emocional e comportamental característicos das relações de intimidade.

### Comunicação e auto-revelação

Numa relação íntima, independentemente da sua natureza institucional e dos *recursos* nela envolvidos, a comunicação entre os parceiros é, antes de mais, uma condição indispensável para a existência da própria relação (Brehm, 1984). É através da palavra<sup>7</sup> que partilhamos os

«acontecimentos privados» ou as significações do mundo «objectivo e social». É ainda através dela que controlamos avaliativamente o comportamento do outro, que gerimos os conflitos ou construímos, em boa parte, a imagem que damos de nós mesmos.

Entre as diversas funções<sup>8</sup> da comunicação verbal, há uma que merece especial relevo no quadro das relações íntimas. Trata-se da *função auto-referencial*: «troca de informações que se referem ao eu, incluindo estados pessoais, disposições, acontecimentos do passado, planos para o futuro» (Derlega e Grzelak, 1979, p. 152). Os psicólogos sociais, na sequência dos trabalhos pioneiros de Jourard (1964) e da *teoria da penetração social* de Altman e Taylor (1973), designam este tipo de comunicação por *auto-revelação*. Os conteúdos assim partilhados contribuem para intensificar o grau de intimidade criando estruturas cognitivo-mnésicas comuns (Wegner, Giuliano e Hertel, 1985).

De acordo, com diversas investigações (cf. Derlega, 1984), o primeiro aspecto relevante nos comportamentos de auto-revelação diz respeito à reciprocidade: se *A* informa *B* sobre os conteúdos do seu mundo privado, *B* geralmente responde fazendo revelações idênticas (Collins e Miller, 1994). Contudo, este efeito parece caracterizar principalmente os estados iniciais de intimidade; em fases mais avançadas a retribuição das auto-revelações é frequentemente diferida (Miller e Berg, 1984).

As vantagens dos comportamentos de auto-revelação, nomeadamente o aumento do conhecimento recíproco e a conseqüente redução da ambigüidade (incerteza) inerente à relação, en-

<sup>7</sup> Limitámos a nossa exposição a aspectos específicos da comunicação verbal. O leitor interessado nas dimensões não verbais da comunicação, no quadro das relações íntimas, poderá consultar, entre outras, as sínteses de Argyle (1983) e de DePaulo e Friedman (1998).

<sup>8</sup> Para além das funções referenciais, emotivas, etc., a *função fática* caracteriza um tipo particular de comunicação íntima: as declarações reiteradas de amor entre apaixonados visam simplesmente manter aberto o *canal de comunicação*.

contram contrapartida na possibilidade de o outro utilizar as informações para adquirir controlo e poder no seio dessa relação (Derlega, 1984). Refira-se, ainda, que tais comportamentos podem ser utilizados de modo estratégico com o objectivo de validar o conceito-de-si.

Relativamente a esta última questão colocam-se alguns problemas de natureza conceptual. Em particular, é difícil discriminar entre auto-revelação e estratégias de auto-apresentação, cujo objectivo último consiste no aumento e/ou preservação do poder de influenciar os outros e controlar o ambiente social (Jones e Pittman, 1982). Fisher (1984), numa tentativa de sistematização conceptual, propõe que se defina a auto-revelação em função dos seguintes atributos: *veracidade* das informações, *sinceridade* relativa aos motivos subjacentes à comunicação, *intencionalidade*, *novidade e carácter privado* dos conteúdos comunicados. A *auto-revelação* distinguir-se-ia, pois, de outros *comportamentos de auto-referência*. Pela sinceridade relativa aos motivos contrastaria com a *auto-apresentação*: a privacidade dos conteúdos separá-la-ia da simples *autodescrição* e a intencionalidade dos *lapses*. Finalmente, pela novidade das informações, distinguir-se-ia da mera *repetição* e, pela veracidade, da *mentira*.

### Processos emocionais

Por razões de natureza teórica e metodológica (cf. *ponto 1.1*), o estudo empírico dos processos emocionais nas relações interpessoais tem sido relegado para segundo plano. Uma das tentativas mais recentes – pelo menos em termos de definição de uma grelha conceptual suficientemente abrangente – para colmatar esta lacuna deve-se a Berscheid (1983). Procurando articular os aspectos consensuais de diversas teorias das emoções (v.g., Mandler, 1975; Schachter, 1964), nomeadamente o relevo concedido à acti-

vação fisiológica e aos sistemas cognitivos de interpretação das situações, e recorrendo ao conceito de *sequências de comportamentos supra-organizados* (Mandler, 1975), Berscheid propõe que se estudem os processos emocionais no quadro da grelha de Kelley *et al.* (1983) acima descrita: «Os fenómenos afectivos que ocorrem numa relação são uma função directa, e por vezes previsível, das várias propriedades de interdependência que caracterizam a relação» (Berscheid, 1983, p. 118).

Mais especificamente, Berscheid afirma que, para que *P* possa despertar/induzir emoções em *O*, é necessário que as respectivas cadeias de acontecimentos intrapessoais estejam interconectadas. Caso se verifique esta situação, qualquer acontecimento na cadeia de *P*, que interfira/interrompa a sequência organizada dos acontecimentos/comportamentos na cadeia de *O*, é susceptível de gerar emoções em *O*. O sinal positivo ou negativo das emoções geradas depende do tipo de interrupção (desencadeador de activação fisiológica, que, por sua vez, constitui um sinal para que o sistema cognitivo-interpretativo entre em acção). Em rigor, não é o valor aversivo ou gratificante da interrupção em si mesma, mas a expectativa de que ela facilite ou iniba a sequência organizada de acção, que determina o carácter positivo ou negativo da emoção.

O modelo proposto permite definir o investimento emocional numa relação como a extensão em que cada um dos actores tem o poder de interromper as *sequências de acção* do outro ou, inversamente, o grau em que cada um deles é vulnerável às interrupções do outro. Esta interpretação liga o investimento emocional à dependência relacional: quanto maior é o primeiro, maior é a segunda.

Shaver e Hazan (1985), ao avaliarem a teoria de Mandler-Berscheid, consideram que, apesar de correcta, ela contém algumas fraquezas, principalmente porque negligencia o papel dos fac-

tores de natureza motivacional (motivos, necessidades, desejos) na emergência das emoções. Apoiando-se na *teoria da geração das emoções* de Roseman (1984), os autores defendem que todos os estados emocionais podem ser conceptualizados pela convergência ou não entre resultados esperados (desejos) e resultados obtidos. No Quadro I, exemplificam-se estas eventualidades.

### Poder e conflito

Do que ficou dito anteriormente, pode facilmente depreender-se que a capacidade de gerar emoções positivas no outro constitui uma das diversas *condições causais* relevantes para a análise do poder no interior de uma relação. Para além da dependência emocional, a dependência informativa e a dependência comportamental (em sentido estrito) expressam as duas outras grandes categorias de condições causais das relações de poder.

Huston (1983), com base na grelha de Kelley *et al.* (1983), propõe-se analisar o poder nas

relações íntimas partindo da distinção entre três termos correlacionados: *influência* (níveis ou instâncias de interconexão entre os acontecimentos nas cadeias de *P* e *O*); *dominância* (a influência de *P* sobre *O* é assimétrica relativamente à de *O* sobre *P* em diversas áreas de funcionamento) e *poder* (conceito explicativo relativo a um tipo particular de influência exercida por *P* de modo controlado e com vista à obtenção de determinados objectivos ou benefícios no quadro da relação). Em rigor, o conceito de poder não se refere a um atributo pessoal (Foucault, 1976), não é uma característica do actor, mas uma relação instrumental, não transitiva e desequilibrada (Crozier, 1977).

Seguindo a conceptualização de Huston (1983), e admitindo a natureza relacional do poder, os principais parâmetros a considerar na sua análise referem-se: *a*) aos *conteúdos* ou natureza das actividades que mediatizam o exercício do poder; *b*) às *intenções* do actor (a intencionalidade pressupõe que *P* antecipe as consequências dos seus comportamentos na relação com *O*); *c*) ao modo de influência ou tipo de

### QUADRO I

#### Conjugações entre resultados desejados e resultados efectivamente obtidos na determinação dos estados emocionais, segundo a teoria das emoções de Roseman

(Adaptado de Shaver e Hazan, 1985, p. 169)

	Resultados	
	<i>Obtidos</i>	<i>Não obtidos</i>
Desejos		
<i>Resultados</i>	Alegria	Tristeza
<i>- desejados</i>	Prazer	Pena
<i>Resultados</i>	Angústia	Alívio
<i>não desejados</i>	Ansiedade	
	Desconforto	

*estratégias* utilizadas pelo actor; *d*) à magnitude das *modificações* induzidos no indivíduo-alvo; *e*) às *consequências* (sucesso ou fracasso) para o actor.

Se os conteúdos dependem da relação e a intencionalidade constitui um critério fundamental para caracterizar uma relação de poder, já as estratégias podem ser classificadas em termos de grandes categorias de acção. Como exemplo, refira-se a tipologia das estratégias de auto-apresentação (Jones e Pittman 1982), anteriormente mencionada, ou a classificação das mensagens verbais de influência (ameaças, promessas, previsões de boas consequências e previsões de más consequências) proposta por Tedeschi, Schlenker e Lindskold (1972).

No caso específico das relações íntimas heterossexuais, Falbo e Peplau (1980) solicitaram a duzentos adolescentes de ambos os sexos que descrevessem o modo como obtinham do parceiro o que desejavam nas mais diversas situações. Os autores identificaram treze estratégias de influência que classificaram de acordo com dois parâmetros: *directas* (v.g., pedir, conversar) *versus indirectas* (v.g., sugerir) e *interactivas* (v.g., negociar, persuadir) *versus solitárias* (v.g., afastamento). Falbo e Peplau verificaram que os homens utilizam preferencialmente estratégias directas e interactivas, ao passo que as mulheres privilegiam as indirectas e solitárias.

Um outro aspecto relevante para a compreensão das estratégias diz respeito ao tipo de *recursos* (condições causais) que elas mobilizam. A teoria de French e Raven (1959) sobre as bases do poder social (cf. Capítulo X), ao permitir distinguir entre seis tipos de relações de poder (legítimo, de recompensa, coercivo, de referência, de especialista e informativo), pode funcionar como dispositivo heurístico para a análise do poder nas relações íntimas. Como nota Huston (1983), esta tipologia permite-nos distinguir, por exemplo, entre o modelo *normativo*

das relações conjugais (baseado no poder legítimo) e o modelo que designaremos como *interactivo* (que se apoia na utilização diferencial dos restantes *recursos*).

A gestão dos *recursos* e as estratégias de exercício do poder no âmbito das relações interpessoais íntimas dão geralmente lugar a conflitos, circunstanciais ou estruturais, caso as condições causais que estiveram na sua origem não sejam removidas ou modificadas (Peterson, 1983). Remetendo o leitor para o Capítulo XIII, em que os conflitos sociais são abordados de modo sistemático, centrar-nos-emos, aqui, num tipo particular de conflitos, cujas condições antecedentes se relacionam directamente com a experiência do *ciúme*.

Revestindo ou não carácter patológico, justificado ou não pelos comportamentos objectivos do parceiro, o ciúme constitui uma das principais causas de disrupção das relações íntimas estruturadas em torno da sexualidade e reguladas normativamente pelos padrões de conjugalidade heterossexual. Buunk e Bringle definem o ciúme como «uma reacção emocional aversiva despertada por uma relação envolvendo o nosso actual ou anterior parceiro com uma terceira pessoa. Tal relação pode ser real, imaginada ou esperada, ou pode ter ocorrido no passado» (1987, p. 124). Conceptualizado como uma ameaça contra uma relação existente, o *ciúme* pressupõe a existência de uma situação triangular (*A* mantém uma relação com *B* e qualquer tentativa para que se estabeleça uma relação entre *B* e *C* gera ciúmes em *A*) e distingue-se das noções correlativas de *inveja* (*C* pode invejar a relação entre *A* e *B*) ou rivalidade (*A* e *C* lutam para estabelecer uma relação com *B*) (Bryson, 1977. *cit. in* Brehm, 1984, 1985).

Brehm (1984, 1985), ao rever a literatura sobre o ciúme, sublinha os seus determinantes culturais (importância das normas sociais que prescrevem a exclusividade das relações, em



particular das relações sexuais) e interroga-se sobre o papel da auto-estima na sua génese. Mais exactamente, «o que está em causa no ciúme é menos o amor do que o amor-próprio» (La Rochefoucauld, *cit. in* Brehm, 1984). Contudo, tanto no que diz respeito às reacções afectivas como às estratégias de lidar com o ciúme, parecem existir, pelo menos na nossa cultura, diferenças associadas ao sexo. De acordo com White (1981), as reacções emocionais, subordinadas à *dependência da própria relação*, seriam predominantes nas mulheres, enquanto a *dependência auto-avaliativa* (relacionada com a diminuição da auto-estima) assumiria maior relevância nos homens. Esta dicotomia encontraria paralelo na categorização das estratégias de esconjuração do ciúme sugerida por Bryson (1977): tentativas de preservar e/ou aperfeiçoar a relação *versus* tentativas de salvaguardar o amor-próprio.

Remetendo o leitor para os trabalhos referidos, terminaremos esta secção transcrevendo o «conselho» final de Brehm: em todas as relações íntimas deveria poder ler-se o seguinte aviso: «É perigoso para a sua saúde e para a do seu parceiro não saber – seguramente, claramente e para além de quaisquer dúvidas – que você é um ser humano digno e com valor com ou sem o amor do seu parceiro» (1985, p. 276).

### 3.2. Modelos de amor

O estudo das relações íntimas, de que temos vindo a referir alguns dos principais aspectos estruturais e dinâmicos, prolonga a análise dos fenómenos de atracção interpessoal com que iniciámos o presente capítulo. Em rigor, a atracção não constitui mais do que uma das várias condições antecedentes ou iniciais daquelas relações. De igual modo, a sexualidade constitui um dos principais vectores ou *organizadores* da intimidade. De que modo se articulam os vários

*tipos* de atracção com as características estruturais das relações a que eventualmente dão origem? Qual é o lugar e/ou importância da sexualidade (e da paixão) no seio de tais relações? A resposta a estas questões passa pela identificação de modelos globais das relações interpessoais íntimas. De acordo com Kelley (1983), tais modelos – designados por *modelos de amor* – consistem num conjunto articulado de noções a respeito das condições causais e da evolução temporal do amor, do modo como tais condições afectam e são afectadas pela própria interacção e/ou pelos acontecimentos exteriores.

Como Kelley (1983) sublinha, entre as condições causais do amor devem ser referidas as próprias concepções (representações/crenças) que os indivíduos têm a esse respeito. Tais concepções teriam como *causas distais* os modelos e normas culturais, socialmente construídos e historicamente datáveis (v.g., *amor cortês*, *romantismo*, etc.). Kelley propõe que se distingam três grandes modelos: o *amor passional*, o *amor pragmático* e o *amor altruísta*. Com base nas suas próprias investigações sobre os componentes do *amor* e do *gostar* nas escalas de Rubin, Kelley (1983; Steck *et al.* 1982) afirma que a *necessidade do outro* constitui o núcleo do primeiro modelo: a *confiança* e a *tolerância* seriam os componentes centrais do amor pragmático; por último, a *preocupação/cuidado* com o outro especificariam o amor altruísta.

A análise sistemática das diferentes teorias/taxonomias do amor é incompatível com as dimensões desejáveis deste capítulo. Remetendo o leitor para a excelente síntese de Sternberg (1987), limitar-nos-emos, aqui, a apresentar, de modo esquemático, a *teoria triangular do amor* que o mesmo autor tem vindo a desenvolver desde o início dos anos 80.

Basicamente, Sternberg (1986, 1987; Sternberg e Grajek, 1984) defende que os fenómenos englobados sob o rótulo de amor podem ser

categorizados em função de três componentes, que formariam os vértices de um triângulo:

– *a intimidade*: sentimentos de proximidade, de vinculação ao outro (componente predominantemente emocional);

– *a paixão*: impulsos relacionados com o «romance», a atracção física e sexualidade (componente essencialmente motivacional);

– *a decisão/compromisso*: decisão a curto prazo de que amamos o outro; a longo prazo, aceitação do compromisso de continuar a relação (componente cognitivo).

A combinação destes três componentes possibilitaria construir uma taxonomia/sistema de classificação dos diferentes modelos de amor e/ou tipos de atracção interpessoal. Admitindo apenas a presença ou ausência das emoções, motivações e cognições ligadas aos três componentes, estaríamos na presença dos oito tipos sumariados no Quadro II.

À semelhança do que acontece com outras teorias psicométricas do amor (v.g., Hendrick e Hendrick, 1993; Lee, 1976; Rubin, 1970), a

principal limitação do modelo de Sternberg resulta do facto de não se basear directamente na análise dos processos evolutivos e psicossociais envolvidos nas relações amorosas. Contudo, dos pontos de vista descritivo e heurístico, a teoria triangular pode vir a constituir-se como ponto de partida para o estudo sistemático de tais relações (Sternberg, 1997).

A temática abordada no presente capítulo pode sintetizar-se em sete pontos:

1. O estudo da *atracção interpessoal* coincide com a problemática da génese, desenvolvimento e ruptura das *relações sociais preferenciais*, em particular das relações de *amizade* e de *amor*.

2. A atracção interpessoal, enquanto domínio clássico de investigação em psicologia social, tem sido objecto de diferentes conceptualizações, nomeadamente em termos de *atitudes*, de *emoções* e de *comportamentos* directamente observáveis. Mais do que mutuamente exclusivas, estas conceptualizações tendem a comple-

## QUADRO II

### Classificação dos tipos de amor/atracção segundo a presença (+) ou ausência (-) dos componentes intimidade, paixão e decisão/compromisso

(Adaptado de Sternberg, 1986, p. 119)

Tipo de amor/atracção	Componente		
	Intimidade	Paixão	Decisão/compromisso
“Inexistência de amor” ( <i>nonlove</i> )	-	-	-
“Amizade” ( <i>liking</i> )	+	-	-
“Amor à primeira vista” ( <i>infatuated love</i> )	-	+	-
“Amor vazio” ( <i>empty love</i> )	-	-	+
“Amor romântico” ( <i>romantic love</i> )	+	+	-
“Amor conjugal” ( <i>companionate love</i> )	+	-	+
“Amor irreflectido” ( <i>fatuous love</i> )	-	+	+
“Amor consumado” ( <i>consummate love</i> )	+	+	+

mentar-se. O avanço recente da investigação sobre as emoções constitui uma alternativa credível para as abordagens clássicas centradas no conceito de atitude.

3. Os modelos explicativos dos fenómenos de atracção podem agrupar-se em duas grandes categorias: as *teorias da organização cognitiva* e as *teorias do reforço e da troca social*. Algumas das oposições entre as duas perspectivas são mais aparentes do que reais, uma vez que, por um lado, é possível conceptualizar a *consistência cognitiva* como uma classe particular de reforços e, por outro, as explicações actuais do *mecanismo do reforço* fazem apelo a processos cognitivos de tratamento da informação social.

4. Pela natureza das respectivas condições antecedentes e pela diversidade dos processos psicológicos envolvidos, os diferentes tipos de atracção interpessoal não podem agrupar-se numa única rubrica. Contudo, é possível identificar um conjunto de *factores antecedentes* que, em maior ou menor grau, são comuns aos vários tipos de atracção. Estão nestas condições a *beleza física*, as *semelhanças interpessoais* e as *apreciações (avaliações) positivas*.

5. O *amor passionai* constitui um caso particular de atracção interpessoal. A especificidade das suas condições antecedentes, nomeadamente a mistura heteroclita de estados emocionais positivos e negativos, faz dele um

domínio privilegiado para o confronto entre os diversos modelos explicativos da atracção interpessoal.

6. A *sexualidade* constitui um componente central de diversos tipos de atracção e funciona como um dos principais *recursos* no interior de um número considerável de relações íntimas. Do ponto de vista da psicologia social, os comportamentos sexuais podem ser perspectivados como situações de interacção estruturadas por *scripts culturais, interpessoais e intrapsíquicos*. Os processos cognitivos, emocionais e fisiológicos envolvidos numa sequência de comportamentos sexuais têm como matriz os *scripts* acima referidos. A *sexualidade humana* – para além, ou apesar, da realidade biológica – é *socialmente construída*.

7. Os fenómenos de atracção dão lugar a relações duradoiras, cujas propriedades estruturais as distinguem das relações interpessoais em geral. Tais relações organizam-se em torno da *intimidade* e caracterizam-se por modos específicos de *comunicação* e de *funcionamento emocional*. A interdependência cognitiva, afectiva e comportamental traduz-se em formas diferenciadas de exercício do *poder* e de resolução dos *conflitos* interpessoais. Este conjunto de propriedades estruturais e de processos psicossociais permite-nos caracterizar as *relações íntimas* pelos *modelos de amor* que lhe estão subjacentes.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS\*

- Abelson, R. P. (1981). Psychological status of the script concept. *American Psychologist*, 36, 715-729.\*
- Adams, J. S. (1965). Inequity in social exchange. In L. Berkowitz (Ed.), *Advances in experimental social psychology*. Vol. 2. New York: Academic Press. Pp. 266-300.
- Alferes, V. R. (1987a). Elementos para uma análise psicossocial da sexualidade. *Revista Portuguesa de Pedagogia*, 21, 289-304.
- Alferes, V. R. (1987b). O corpo: Regularidades discursivas, representações e patologias. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 23, 211-219.
- Alferes, V. R. (1997). *Encenações e comportamentos sexuais: Para uma psicologia social da sexualidade*. Porto: Afrontamento.
- Allen, J. B., Kenrick, D. T., Linder, D. E., & McCall, M.A. (1989). Arousal and attraction: misattribution and negative-reinforcement models. *Journal of Personality and Social Psychology*, 57, 261-270.
- Allport (1968). The historical background of modern social psychology. In G. Lindzey and E. Aronson (Eds.), *The handbook of social psychology*. Vol. 2 (2nd.ed.). Reading, Mass: Addison-Wesley.
- Altman, I., and D. A. Taylor (1973). *Social penetration: the development of interpersonal relationships*. New York: Holt, Rinehart, and Winston.
- Arndt, W. B., Foehl, J. C., & Good, F. L. (1985). Specific sexual fantasy themes: A multidimensional study. *Journal of Personality and Social Psychology*, 48, 472-480.
- Argyle, M. (1983). *The psychology of interpersonal behavior*. New York: Penguin.
- Arndt, W. B., Foehl, J. C., & Good, F. L. (1985). Specific sexual fantasy themes: A multidimensional study. *Journal of Personality and Social Psychology*, 48, 472-480.
- Forgas, J. P., Bower, G. H., & Krantz, S. E. (1984). The influence of mood on perception of social interactions. *Journal of Experimental Social Psychology*, 20, 497-513.
- Aronson, E., and D. Linder (1965). Gain and loss of esteem as determinants of interpersonal attractiveness. *J. exp. soc. Psychol.*, 1, 156-172.
- Bancroft, J. (1989). *Human sexuality and its problems* (2nd. ed.). London: Churchill Livingstone.
- Baron, R. A., Byrne, D., & Griffitt, W. (1974). *Social psychology: Understanding human interaction*. Boston: Allyn & Bacon.
- Berscheid, E. (1983). Emotion. In H. H. Kelley, E. Berscheid, A. Christensen, J. Harvey, T. L. Huston, G. Levinger, E. McClintock, A. Peplau, and D. R. Peterson, *Close relationships*. San Francisco: Freeman.
- Berscheid, E. (1985). Interpersonal attraction. In G. Lindzey & E. Aronson (Eds.), *The handbook of social psychology*. Vol. 2 (3th. ed.). Reading, Random House
- Berscheid, E. (1986). The question of the importance of physical attractiveness. In C.P. Herman, M.P. Zanna & E.T. Higgins(Eds.), *Physical appearance, stigma, and social behavior* (pp.7-21). Hillsdale,NJ: Lawrence Erlbaum.
- Berscheid, E., & Reis, H. T. (1998). Attraction and close relationships. In D. T. Gilbert, S. T. Fiske, & Lindzey, G. (Eds.), *Handbook of social psychology* (4th ed., Vol. 2, pp. 193-281). New York: McGraw-Hill.
- Berscheid, E., and E. Walster (1974b). A little bit about love. In T. L. Huston (Ed.), *Foundations of interpersonal attraction*. New York: Academic Press.
- Berscheid, E., and E. Walster (1974a). Physical attractiveness. In L. Berkowitz (Ed.), *Advances in experimental social psychology*. Vol. 7. New York: Academic Press.
- Berscheid, E., and L. Peplau (1983). The emerging science of relationships. In H. H. Kelley, E. Berscheid, A. Christensen, J. Harvey, T. L. Huston, G. Levinger, E. McClintock, A. Peplau, and D. R. Peterson, *Close relationships*. San Francisco: Freeman.
- Berscheid, E., K. Dion, E. Walster, and G. W. Walster (1971). Physical attractiveness and dating choice: a test of the matching hypothesis. *J. exp. soc. Psychol.*, 7 (2), 173-189.
- Berscheid, E., Snyder, M., & Omoto, A. M. (1989). The relationship closeness inventory: Assessing the closeness of interpersonal relationships. *Journal of Personality and Social Psychology*, 57, 792-807.
- Blau, P. M. (1964). *Exchange and power in social life*. New York: Wiley.
- Blood, R. O., Jr., (1967). *Love match and arranged marriage*. New York: Free Press.
- Bornestain, R. F., Leone, D. R., & Galley, D. G. (1987). The generalizability of subliminal mere exposure effects: Influence of stimuli perceived without awareness on social behavior. *Journal of Personality and Social Psychology*, 53, 1070-1079.
- Brehm, S. S. (1984). Les relations intimes. In S. Moscovici (Ed.), *Psychologie sociale* (pp. 169-191). Paris: PUF (pp. 169-191)
- Brehm, S. S. (1985). *Intimate relationships..* New York: Random House.

\* Reproduzem-se, aqui, as referências bibliográficas do *Capítulo VI*, inseridas, com a restante bibliografia, a págs. 543-599.

- Brown, J. B., & Hart, D. H. (1977). Correlates of females' sexual fantasies. *Perceptual and Motor Skills*, 45, 819-824.
- Buunk, B., & Bringle, R. G. (1987). Jealousy in love relationships. In S. Perlman & S. Duck (Eds.), *Intimate relationships: Development, dynamics and deterioration* (pp. 123-147). Beverly Hills, CA: Sage.
- Byrne, D. (1971). *The attraction paradigm*. New York: Academic Press.
- Buunk, B. P., Doosje, B. J., Jans, L. G., & Hopstaken, L. E. (1993). Perceived the reciprocity, social support, and stress at work: The role of exchange and communal orientation. *Journal of Personality and Social Psychology*, 65, 801-811.
- Byrne, D. (1977). Social psychology and the study of sexual behavior. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 3, 3-30.
- Byrne, D. (1986). Introduction: The study of sexual behavior as a multidisciplinary venture. In D. Byrne & K. Kelley (Eds.), *Alternative approaches to the study of sexual behavior* (pp. 1-12). Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum.
- Byrne, D. (1992). The transition from controlled laboratory experimentation to less controlled settings: Surprise! Additional variables are operative. *Communication Monographs*, 59, 190-198.
- Byrne, D., and D. Nelson (1965). Attraction as a linear function of proportion of positive reinforcements. *J. Pers. soc. Psychol.*, 1, 659-663.
- Byrne, D., Clore, G. L., & Smeaton, G. (1986). The attraction hypothesis: Do similar attitudes affect anything? *Journal of Personality and Social Psychology*, 51, 1167-1170.
- Campbell, B., and E. Berscheid (1976). *The perceived importance of romantic love as a determinant of marital choice: Kephart revisited ten years later*. Unpublished manuscript.
- Cappella, J. N., & Palmer, M. T. (1990). Attitude similarity, relational history, and attraction: The mediating effects of kinesic and vocal behaviors. *Communication Monographs*, 57, 161-183.
- Cash, T. F., B. Gillen, and D. S. Burns (1977). Sexism and "beautyism" in personnel consultant decision making. *J. appl. Psychol.*, 62 (3), 301-310.
- Clark, R., & Hatfield, E. (1981). Gender differences in receptivity to sexual offers. *Unpublished manuscript [relat. in Hatfield, 1982]*.
- Clore, G. L., and D. A. Byrne (1974). A reinforcement-affect model of attraction. In T. L. Huston (Ed.), *Foundations of interpersonal attraction*. New York: Academic Press.
- Collins, N. L., & Miller, L. C. (1994). Self-disclosure and liking. *Psychological Bulletin*, 116, 457-475.
- Crozier, M. (1977). *L'acteur et le système*. Paris: Seuil.
- Darley, J. M., and R. H. Fazio (1980). Expectancy confirmation processes arising in the social interaction sequence. *Amer. Psychol.*, 35, 867-881.
- Cunningham, M. R., Roberts, A. R., Barbee, A. P., Druen, P. B., & Wu, C.-H. (1995). Their ideas of beauty are, on the world, the same as ours: Consistency and variability in the cross-cultural perception of female physical attractiveness. *Journal of Personality and Social Psychology*, 68, 261-279.
- DeLamater, (1987). A sociological approach (pp. 237-255). In J. H. Geer & O'Donohue, W. T. (Eds.). *Theories of human sexuality*. New York: Plenum Press.
- Derlega, V. G. (1984). Self disclosure and intimate relationships. In V. G. Derlega (Ed.), *Communication, intimacy and close relationships* (pp. 1-9). New York: Academic Press.
- Derlega, V. G., & Grzelak, J. (1979). Appropriateness of self-disclosure. In G. J. Chelune (Ed.), *Self disclosure: Origins, patterns, and implications of openness in interpersonal relationships*. San Francisco: Jossey-Bass.
- Dion, K. K. (1972). Physical attractiveness and evaluations of children's transgressions. *J. Pers. soc. Psychol.*, 24, 207-213.
- DePaulo, B. M., & Friedman, H. S. (1998). Nonverbal communication. In D. T. Gilbert, S. T. Fiske, & Lindzey, G. (Eds.), *Handbook of social psychology* (4th ed., Vol. 2, pp. 3-40). New York: McGraw-Hill.
- Dion, K. K. (1986). Stereotyping based on physical attractiveness. In C.P. Herman, M.P. Zanna & E.T. Higgins (Eds.), *Physical appearance, stigma, and social behavior* (pp.7-21). Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum.
- Dutton, D. G., and A. P. Aron (1974). Some evidence for heightened sexual attraction under conditions of high anxiety. *J. Pers. soc. Psychol.*, 30 (4), 510-517.
- Eagly, A. H., Ashmore, R. D., Makhijani, M. G., & Longo, L. C. (1991). What is beautiful is good, but ...: A meta-analytic review of the physical attractiveness stereotype. *Psychological Bulletin*, 110, 109-128.
- Efran, M. G. (1974). The effect of physical appearance on the judgement of guilt, interpersonal attraction, and severity of recommended punishment in a simulated jury task. *J. Res. Pers.*, 8 (1), 45-54.
- Falbo, T., & Peplau, L. A. (1980). Power strategies in intimate relationships. *Journal of Personality and Social Psychology*, 38, 618-628.
- Festinger, L. (1954). *A theory of social comparison processes*. *Hum. Rel.*, 7, 117-140.
- Feingold, A. (1988). Matching for attractiveness in romantic partners and same sex-friends: A meta-analysis and theoretical critique. *Psychological Bulletin*, 104, 226-235.
- Feingold, A. (1991). Sex differences in the effects of

- similarity and physical attractiveness on opposite-sex attraction. *Basic and Applied Social Psychology*, 12, 357-367.
- Festinger, L. (1957). *A theory of cognitive dissonance*. Evanston, Ill.: Row, Peterson.
- Fisher, D. V. (1984). A conceptual analysis of self-disclosure. *Journal for the Theory of Social Behaviour*, 14, 277-296.
- Fisher, W. A. (1986). A psychological approach to human sexuality: the sexual behavior sequence. In D. Byrne & K. Kelley (Eds.), *Alternative approaches to the study of sexual behavior* (pp. 131-171). Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum.
- Fisher, W. A., Byrne, D. & White, L. A. (1983). Emotional barriers to contraception. In D. Byrne & W. A. Fisher (Eds.), *Adolescents, sex and contraception* (pp. 207-239). Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum.
- Fiske, A. P. (1992). The four elementary forms of sociality: Framework for a unified theory of social relations. *Psychological Review*, 99, 689-723.
- Foa, E. B., & Foa, V. G. (1980). Resource theory: interpersonal behavior as exchange. In K. J. Gergen, M. S. Greenberg and R. H. Willis (Eds.), *Social exchange: advances in theory and research*. New York: Plenum.
- Forgas, J. P., and B. Dobosz (1980). Dimensions of romantic involvement: towards a taxonomy of heterosexual relationships. *Soc. Psychol. Quart.*, 43, 290-300.
- Foucault, M. (1976). *Histoire de la sexualité: 1. La volonté de savoir*. Paris: Gallimard.
- French, J. R. P., Jr., & Raven, B. (1959). The basis of social power. In D. Cartwright (Ed.), *Studies in social power*. Ann Arbor, Mich.: Institute for Social Research.
- Freud, S. (1908/1962). Creative writers and daydreaming. In J. Strachey (Ed.), *The Standard Edition of the Complete Psychological Works of Sigmund Freud* (vol. 9, pp. 142-152). London: Hogarth.
- Fromm, E. (1956). *The art of loving*. New York: Harper & Row.
- Gagnon, J. H. (1977). *Human sexualities*. Glenview, Ill.: Scott, Foresman.
- Gagnon, J. H. & SIMON, W. (1973). *Sexual conduct: The social sources of human sexuality*. Chicago: Aldine.
- Gergen, K. J. & Gergen, M.M. (1981). *Social psychology*. New York: Harcourt.
- Giambra, L. M., & Martin, C. E. (1977). Sexual daydreams and quantitative aspects of sexual activity: some relations for males across adulthood. *Archives of Sexual Behavior*, 6, 497-505.
- Glick, P. (1985). Orientations toward relationships: Choosing a situation in which to begin a relationship. *Journal of Experimental Social Psychology*, 21, 544-562.
- Goffman, E. (1967). *Interaction ritual: Essays on face to face behavior*. New York: Doubleday Anchor.
- Hariton, E.B., & Singer, J. L. (1974). Woman's fantasies during sexual intercourse. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 42, 313-322.
- Hatfield, E., & Walster, G. W. (1978). *A new look at love*. Reading, Mass.: Addison-Wesley.
- Hatfield, E., & Rapson, R. L. (1987). Passionate love/sexual desire: Can the same paradigm explain both? *Archives of Sexual Behavior*, 16, 259-278.
- Heider, F. (1958). *The psychology of interpersonal relations*. New York: Wiley.
- Hatfield, E. (1982). What do woman and man want from love and sex? In E. R. Allgeier & N. B. McCormick (Eds.), *Changing boundaries: Gender roles and sexual behavior* (pp. 106-134). Palo Alto, CA: Mayfield.
- Heiman, J. R. (1977). A psychophysiological exploration of sexual arousal patterns in females and males. *Psychophysiology*, 14, 266-274.
- Hendrick, S. S., & Hendrick, C. (1993). Lovers as friends. *Journal of Social and Personal Relationships*, 10, 459-466.
- Hinde, R. A. (1979). *Toward understanding relationships*. New York: Academic Press.
- Hogg, M. A., Cooper-Shaw, L., & Holzworth, D. W. (1993). Group prototypicality and depersonalized attraction in small interactive groups. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 19, 452-465.
- Homans, G. C. (1961). *Social behavior: its elementary forms*. New York: Harcourt, Brace, and World.
- Huston, T. L. (1974). A perspective on interpersonal attraction. In T. L. Huston (Ed.), *Foundations of interpersonal attraction*. New York: Academic Press.
- Huston, T. L. (1983). Power. In H. H. Kelley, E. Berscheid, A. Christensen, J. Harvey, T. L. Huston, G. Levinger, E. McClintock, A. Peplau, and D. R. Peterson, *Close relationships*. San Francisco: Freeman.
- Jankowiak, W. R., & Fischer, E. F. (1992). A cross-cultural perspective on romantic love. *Ethnology*, 31, 149-155.
- Jones, E. E., and C. Wortman (1973). *Ingratiation: an attributional approach*. Morristown, N. J.: General Learning Press.
- Jones, E. E., and T. S. Pittman (1982). Toward a general theory of strategic self-presentation. In J. Suls (Ed.), *Psychological perspectives on the self*. Hillsdale, N. J.: Erlbaum.
- Jones, S. C. (1974). The psychology of interpersonal attraction. In C. Nemeth (Ed.), *Social psychology: Classic and contemporary integrations*. Chicago: Rand McNally.

- Jones, S. C., Knurek, D. A., & Regan, T.D. (1973). Variables affecting reactions to social acceptance and rejection. *Journal of Social Psychology, 90*, 269-284.
- Jourard, S. M. (1964). *The transparent self*. Princeton, NJ.: Van Nostrand.
- Kaplan, H. S. (1979). *Disorders of sexual desire*. New York: Simon & Schuster.
- Kelley, H. H. (1983). Love and commitment. In H. H. Kelley, E. Berscheid, A. Christensen, J. Harvey, T. L. Huston, G. Levinger, E. McClintock, A. Peplau, and D. R. Peterson, *Close relationships*. San Francisco: Freeman.
- Kelley, H. H., and J. W. Thibaut (1978). *Interpersonal relations: a theory of interdependence*. New York: Wiley-Interscience.
- Kelley, H. H., E. Berscheid, A. Christensen, J. Harvey, T. L. Huston, G. Levinger, E. McClintock, A. Peplau, and D. R. Peterson (1983). The analysis of close relationships. In H. H. Kelley, E. Berscheid, J. Harvey, T. L. Huston, G. Levinger, E. McClintock, A. Peplau, and D. R. Peterson, *Close relationships*. San Francisco: Freeman.
- Kendrick, D. T., and R. B. Cialdani (1977). Romantic attraction: misattribution vs. reinforcement explanations. *J. Pers. soc. Psychol.*, 35, 381-391.
- Kenrick, D. T., Gutierrez, S. E., & Goldberg, L.L (1989). Influence of popular erotica on judgments of strangers and mates. *Journal of Experimental Social Psychology, 25*, 159-167.
- Klein, W. M., & Kunda, Z. (1992). Motivated person perception: Constructing justifications for desired beliefs. *Journal of Experimental Social Psychology, 28*, 145-168.
- Laner, M. R. (1989). Competitive vs. noncompetitive styles: Which is most valued in courtship? *Sex Roles, 20*, 165-172.
- Langlois, J. H., Ritter, J. M., Casey, R. J., & Sawin, D. B. (1995). Infant attractiveness predicts maternal behaviors and attitudes. *Developmental Psychology, 31*, 464-472.
- Lee, J. A. (1976). *The colors of love*. New York: Bantam.
- Lerner, M. J., Dillehay, R. C., & Sherer, W. C. (1967). Similarity and attraction in social contexts. *Journal of Personality and Social Psychology, 5*, 481-485.
- Levinger, G., and J. D. Snoek (1972). *Attraction in relationship: a new look at interpersonal attraction*. New York: General Learning Press.
- Lott, A., and B. Lott (1968). A learning theory approach to interpersonal attitudes. In A. G. Greenwald, T. C. Brock, and T. M. Ostrom (Eds.), *Psychological foundations of attitudes*. New York: Academic Press.
- Lott, A., and B. Lott (1974). The role of reward in the formation of positive interpersonal attitudes. In T. L. Huston (Ed.), *Foundations of interpersonal attraction*. New York: Academic Press.
- Mandler, G. (1975). *Mind and emotion*. New York: Wiley.
- Marlowe, D., & Gergen, K. (1969). Personality and social interaction. In G. Lindzey and E. Aronson (Eds.), *The handbook of social psychology*. (2nd ed.) Vol. 3. Reading, Mass.: Addison-Wiley.
- Maslow, A. H. (1954). *Motivation and personality*. New York: Harper & Row.
- Master, W., & Jonhson, V. E. (1966). *Human sexual response*. Boston: Little, Brown.
- Master, W., & Jonhson, V. E. (1970). *Human sexual inadequacy*. Boston: Little, Brown.
- Mauss, M. (1936/1978). Les techniques du corps. In M. Mauss, *Sociologie et anthropologie* (pp. 263-383). Paris: PUF.
- McGuire, (1985). Attitudes and attitude change. In G. Lindzey & E. Aronson (Eds.), *The handbook of social psychology*. Vol. 2 (3th. ed.). Reading, Random House
- McCormick, N. B., & Jesser, C. J. (1983). The courtship game: Power in the sexual encounter. In E. R. Allgeier & N. B. McCormick (Eds.), *Changing boundaries: Gender roles and sexual behavior* (pp. 64-86). Palo Alto, CA: Mayfield.
- Merton, R. K. (1948). The self-fulfilling prophecy. *Antioch Rev.*, 8, 193-210.
- Mettee, D. R., and E. Aronson (1974). Affective reactions to appraisal from others. In T. Huston (Ed.), *Foundations of interpersonal attraction*. New York: Academic Press.
- Miller, L. C., & Berg, J. H. (1984). Selectivity and urgency in interpersonal exchange. In V. G. Derlega (Ed.), *Communication, intimacy and close relationships* (pp. 161-205). New York: Academic Press.
- Moreno, J. L. (1953). *Who shall survive?* (2nd. ed.) Beacon, N. Y.: Beacon House. [1st. ed. published 1934.]
- Money, J. (1988). *Gay, straight, and between: The sexology of erotic orientation*. Oxford: Oxford University Press.
- Moscovici, S. (1982). The coming era of representations. In J.-P. Codol & J.-P. Leyens (Eds.) *Cognitive analysis of social behavior* (pp. 115-150). The Hague: Martinus Nijhoff.
- Murstein, B. I. (1972). Physical attractiveness and marital choice. *Journal of Personality and Social Psychology, 22*, 8-12.
- Newcomb, T. M. (1961). *The acquaintance process*. New York: Holt, Rinehart, and Winston.
- Muehlenhard, C. L., & Hollabaugh, L. C. (1988). Do women sometimes say no when they mean yes? The prevalence and correlates of women's token resistance to sex. *Journal of Personality and Social Psychology, 54*, 872-879.

- Nass, G. D., Libby, R. W., & Fisher, M. P. (1981). *Sexual choices*. Monterey, CA: Wadsworth.
- Newcomb, T. M. (1968). Interpersonal balance. In R. P. Abelson, E. Aronson, W. J. McGuire, T. M. Newcomb, M. J. Rosenberg, and P.H. Tannenbaum (Eds.), *Theories of cognitive consistency: a sourcebook*. Chicago: Rand McNally.
- Peterson, D. (1983). Conflict. In H. H. Kelley, E. Berscheid, A. Christensen, J. Harvey, T. L. Huston, G. Levinger, E. McClintock, A. Peplau, and D. R. Peterson, *Close relationships*. San Francisco: Freeman.
- Peterson, D. R. (1983). Power. In H. H. Kelley, E. Berscheid, A. Christensen, J. Harvey, T. L. Huston, G. Levinger, E. McClintock, A. Peplau, and D. R. Peterson, *Close relationships*. San Francisco: Freeman.
- Przybyla & Byrne, (1981). Sexual relationships. In Duck, S., & Gilmour, R. (Eds.), *Personal relationships 1: studying personal relationships*. London: Academic Press.
- Rands, M., and G. Levinger (1979). Implicit theories of relationship: an intergenerational study. *J. Pers. soc. Psychol.*, 37, 649-661.
- Reiss, I. L. (1967). *The social context of premarital sexual permissiveness*. New York: Holt, Rinehart & Winston.
- Rogers, C. (1959). A theory of therapy, personality and interpersonal relationships, as developed in the client centered framework. In S. Koch (Ed.), *Psychology: A study of a science. Vol.3 : Formulations of the person and the social context*. New York: McGraw-Hill.
- Roseman, I. (1984). Cognitive determinants of emotion: A structural theory. P. Shaver (Ed.), *Review of Personality and Social Psychology* (vol. 5). Beverly Hills, CA: Sage.
- Rosen, R. C., & Beck, J. G. (1986). Models and measures of sexual response: Psychophysiological assessment of male and female arousal. In D. Byrne & K. Kelley (Eds.), *Alternative approaches to the study of sexual behavior* (pp. 43-86). Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum.
- Rosenbaum, M. E. (1986a). The repulsion hypothesis: On the nondevelopment of relationships. *Journal of Personality and Social Psychology*, 51, 1156-1166.
- Rosenbaum, M. E. (1986b). Comment on a proposed two-stage theory of relationship formation: First, repulsion; then, attraction. *Journal of Personality and Social Psychology*, 51, 1171-1172.
- Rubin, Z. (1970). Measurement of romantic love. *J. Pers. soc. Psychol.*, 16 (2), 265-273.
- Rubin, Z. (1974). From liking to loving: Patterns of attraction in dating relationships. In T. L. Huston (Ed.), *Foundations of interpersonal attraction*. New York: Academic Press.
- Schachter, S. (1959). *The psychology of affiliation*. Stanford, CA: Stanford University Press.
- Schachter, S. (1964). The interaction of cognitive and physiological determinants of emotional state. In L. Berkowitz (Ed.), *Advances in experimental social psychology*. Vol. 1. New York: Academic Press.
- Sedikides, C. (1993). Assessment, enhancement, and verification determinants of the self-evaluation process. *Journal of Personality and Social Psychology*, 65, 317-338.
- Shaver, P., & Hazan, C. (1985). Incompatibility, loneliness, and "limerence". In W. Ickes (Ed.), *Compatible and incompatible relationships* (pp. 163-184). New York: Springer-Verlag.
- Sigall, H., and N. Ostrove (1975). Beautiful but dangerous: effects of offender attractiveness and nature of the crime on juridic judgment. *J. Pers. soc. Psychol.*, 31 (3), 410-414.
- Shotland, R. L., & Craig, J. M. (1988). Can men and women differentiate between friendly and sexually interested behavior? *Social Psychology Quarterly*, 51, 66-73.
- Silverstein, B., Perdue, L., Peterson, B., & Kelly, E. (1986). The role of mass media in promoting a thin standard of bodily attractiveness for women. *Sex Roles*, 14, 519-532.
- Simon, W., & Gagnon, J. H. (1986). Sexual scripts: Permanence and change. *Archives of Sexual Behavior*, 15, 97-120.
- Simon, W., & Gagnon, J. H. (1987). A sexual scripts approach (pp. 363-383). In J. H. Geer & O'Donohue, W. T. (Eds.). *Theories of human sexuality*. New York: Plenum Press.
- Smeaton, G., Byrne, D., & Murnen, S. K. (1989). The repulsion hypothesis revisited: Similarity irrelevance or dissimilarity bias? *Journal of Personality and Social Psychology*, 56, 54-59.
- Snyder, M. (1987). *Public appearances/Private realities*. New York: Freeman.
- Simpson, J. A., Campbell, B., & Berscheid, E. (1986). The association between romantic love and marriage: Kephart (1967) twice revisited. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 12, 363-372.
- Snyder, M., and W. B. Swann (1978) Behavioral confirmation in social interaction: from social perception to social reality. *J. exp. soc. Psychol.*, 14, 148-162.
- Snyder, M., Berscheid, E. & Glick, P. (1985). Focusing on the exterior and the interior: Two investigations of the initiation of personal relationships. *Journal of Personality and Social Psychology*, 48, 1427-1439.
- Snyder, M., Simpson, J. A. & Gangestad, S. (1986). Personality and sexual relations. *Journal of Personality and Social Psychology*, 51, 181-190.
- Sprecher, S., Aron, A., Hatfield, E., Cortese, A., Potapova, E., & Levitskaya, A. (1994). Love: American style, Russian style, and Japanese style. *Personal Relationships*, 1, 349-369.



- Sprecher, S., McKinney, K., & Orbush, T. L. (1987). Has the double standard disappeared? An experimental test. *Social Psychology Quarterly*, 50, 24-31.
- Steck, Levitan, McLane & Kelley, (1982). Care, need, and conceptions of love. *Journal of Personality and Social Psychology*, 43, 481-491.
- Sterneberg, R. J. (1986). A triangular theory of love. *Psychological Bulletin*, 93, 119-135.
- Sterneberg, R. J. (1987). Liking versus loving: A comparative evaluation of theories. *Psychological Bulletin*, 102, 331-345.
- Sterneberg, R. J., & Grajek, S. (1984). The nature of love. *Journal of Personality and Social Psychology*, 47, 312-329.
- Sue, D. (1979). Erotic fantasies of college students during coitus. *Journal of Sex Research*, 15, 299-305.
- Swensen, C. H. (1972). The behavior of love. In H. A. Otto (Ed.), *Love today: a new exploration*. New York: Association Press.
- Sterneberg, R. J. (1997). Construct validation of a triangular love scale. *European Journal of Social Psychology*, 27, 313-335.
- Tedeschi, J. T., Schlenker, R. B., & Lindskold, S. (1972). The exercise of power and influence: The source of influence. In J. T. Tedeschi (Ed.), *The social influence processes*. Chicago: Aldine.
- Thibaut, J. W., and H. Kelley (1959). *The social psychology of groups*. New York: Wiley.
- Walster, E., and E. Berscheid (1971) Adrenaline makes the heart grow fonder. *Psychology Today*, 5, 46-50; 62.
- Walster, E., G. W. Walster, and E. Berscheid (1978). *Equity theory and research*. Rockleigh, N. J.: Allyn and Bacon.
- Walster, E., V. Aronson, D. Abrahams, and L. Rottmann (1966). Importance of physical attractiveness in dating behavior. *J. Pers. soc. Psychol.*, 4 (5), 508-516.
- Wedell, D. H., Parducci, A., & Geiselman, R. E. (1987). A formal analysis of ratings of physical attractiveness: Successive contrast and simultaneous assimilation. *Journal of Experimental Social Psychology*, 23, 230-249.
- Wegner, D. M., Giuliano, T., & Hertel, P. T. (1985). Cognitive interdependence in close relationships. In W. Ickes (Ed.), *Compatible and incompatible relationships* (pp. 253-276) . New York: Spriger-Verlag.
- White, G. L. & Kight, T. D. (1984). Misattribution of arousal and attraction: Effects of salience of explanations for arousal. *Journal of Experimental Social Psychology*, 20, 55-64.
- White, G. L. (1981). Jealousy and partner's perceived motives for attraction to a rival. *Social Psychology Quarterly*, 44, 24-30.
- White, G. L., S. Fishbein, and J. Rutstein (1981). Romantic attraction: Misattribution of arousal on secondary reinforcement. *J. Pers. soc. Psychol.*
- Wickler, W. (1967). Social-sexual signals and their interspecific imitation among primates. In D. Morris (Ed.), *Primate Ethology*. London: Weidenfeld & Nicolson.
- Wilson, G. D. (1978). *Secrets of sexual fantasy*. London: J. M. Dent.
- Winch, R. F. (1958). *Mate-selection: a study of complementary needs*. New York: Harper.
- Winter, D. G. (1996). *Personality: Analysis and interpretation of lives*. New York: McGraw-Hill.
- Zajonc, R. B. (1968). The attitudinal effects of mere exposure. *J. Pers. soc. Psychol.* (Monograph Supplement 2) 9, part 2, 1-27.
- Zuckerman, M. (1971). Physiological measures of sexual arousal in the human. *Psychological Bulletin*, 75, 297-329.